

Reagrupamento Revolucionário



Ano IV

Primeiro trimestre de 2014

Nº06

Um balanço das lutas de 2013 Um programa revolucionário para 2014



Síria/Líbia: Debate com a Fração Trotskista (LER-QI)



P. 27

Duas traduções inéditas de artigos de Trotsky



P. 33

Questão negra, Black Blocs e classe operária

Um Balanço das Jornadas de Lutas de 2013 e Algumas Posições na Esquerda

Rodolfo Kaleb, janeiro de 2014

No último ano, o Brasil da “Pax Petista”, com a relativa estabilidade política da última década, simplesmente ruiu diante de nossos olhos. A ideia oportunista de que o governo burguês liderado pelo PT, mesmo em meio a uma crise econômica internacional, caminhava tranquilamente com sua agenda capitalista foi abalada por uma onda de choque. Protestos massivos que tinham como pano de fundo a precarização dos serviços públicos e o aumento dos custos de vida, além do repúdio contra a violência policial – talvez os maiores na história do nosso país em termos de abrangência nacional – chegaram ao auge em junho e se prolongaram em muitas cidades, como no Rio de Janeiro, pelos meses seguintes.

Para aqueles ativistas que lutam por uma mudança revolucionária em nossa sociedade – e consequentemente não acreditam no caminho da aliança com a classe dominante e nem que os esquemas eleitorais e reformistas possam trazer as transformações das quais precisam os trabalhadores e a juventude – faz-se necessário um estudo atento das principais tendências na esquerda que se reivindicam revolucionárias e de como estas se posicionaram diante dos desafios conforme eles foram se apresentando no último ano. A luta para a construção de uma corrente revolucionária só pode avançar com um debate franco e aberto entre as diferentes concepções na esquerda. Esse artigo apresenta nosso balanço sobre algumas das questões políticas centrais e é complementado por dois pequenos artigos que lidam com análises da conjuntura [1].

De certa forma, ninguém estava completamente preparado para lidar com este grande processo de lutas. Surpreendidos, os diversos setores da burguesia demoraram até se reorientar. Nas primeiras semanas de protestos, no começo de junho, o terror estava estampado nas faces dos governos e da imprensa capitalista, chocados ao verem pela primeira vez, em muito tempo, a juventude enfrentar sem medo suas polícias, seus carros blindados e outras forças de repressão. Inicialmente exigiram uma criminalização sem piedade de todo o movimento, até perceberem que isso não era o suficiente e passaram a combinar a repressão com a difusão de ideologias pacifistas e despolitizantes, para tentar deformar o caráter originalmente progressivo dos protestos [2].

Essas lutas demonstraram várias coisas, dentre elas que o governo petista, com sua poderosa força de repressão, seu controle sobre muitos sindicatos e sua retórica “desenvolvimentista” não é nem tão forte e nem tão acreditado como poderia parecer. Para muitos jovens, essas jornadas representaram também um primeiro contato com as organizações de esquerda e com o conjunto dos movimentos sociais. Nesse sentido, tais jornadas

significaram essencialmente a ruptura de um consenso político que vinha marcando profundamente as gerações posteriores ao fim da ditadura: o consenso neoliberal, do individualismo pautado no “crescer na vida” e na desilusão com a política, reduzida aos joguetes palacianos dos parlamentos e seus bastidores.

Mas as lutas também tiveram muitas limitações: seus triunfos foram muito parciais, já que apenas pequenas melhorias foram conseguidas, basicamente a redução dos preços das passagens (e ainda assim sob financiamento estatal). Além disso, um forte sentimento antipartido, fruto de anos de desilusão com a “política oficial”, deixou a vanguarda isolada, dificultando a disputa desses jovens que se tornaram ativos na luta (alguns dos quais acabaram por aderir frouxamente a idéias anarquistas). Um dos principais motivos limitadores é que, apesar da heroica luta da juventude e dos setores populares, eles não tinham em sua crista a classe social que tem ao mesmo tempo o interesse e o poder para derrotar os governos capitalistas: *o proletariado*.

O “Dia Nacional de Lutas” e a CSP-Conlutas

Durante a maior parte do período de junho e julho, a classe trabalhadora não interviu enquanto força política organizada, mas sim diluída entre outras classes, em manifestações e protestos de rua – mesmo que boa parte dos jovens que lotaram ruas e avenidas fossem trabalhadores. O primeiro momento em que a classe trabalhadora saiu às ruas fazendo uso de seus métodos de luta históricos

Índice

Balanço das Jornadas de Lutas de 2013	[p. 03]
Panfleto do RR no Fórum de Lutas (RJ)	[p. 11]
A greve dos educadores do Rio de Janeiro	[p. 13]
Sobre o fim da greve da educação	[p. 16]
A posição do PSTU ante o golpe militar no Egito	[p. 19]
Da experiência com o estalinismo ao trotskismo	[p. 23]
Debate com a Fração Trotskista (LER-QI)	[p. 27]
Duas traduções inéditas de artigos de Trotsky	[p. 33]

Reagrupamento Revolucionário

Blog temporário: reagrupamento-rr.blogspot.com
Site (com seção em português): regroupment.org

Rio de Janeiro: Cx. Postal 50048 - RJ, 20050-971
reagrupamento.revolucionario@gmail.com
Nova York: P.O. Box 542 - Brooklyn, NY, 11204
revolutionary_regroupment@yahoo.com

(greves, piquetes, bloqueios de rodovias, etc.) foi o dia 11 de julho, o “Dia Nacional de Lutas” que seria repetido de forma anêmica no dia 30 de agosto.

É importante compreender que tais métodos apresentam possibilidades muito mais poderosas para golpear os governos e os patrões contra os quais os protestos de massas estavam direcionados. Sem eles, o máximo que as manifestações podem fazer é uma demonstração de força contra os símbolos do capitalismo e suas forças policiais. Para arrancar as demandas avançadas e derrotar os governos, são necessárias formas de luta que atinjam o coração da besta capitalista. Discordamos daqueles que se recusaram a participar das mobilizações do “Dia Nacional de Lutas” e consideraram-no meramente um “fiasco” da burocracia. Apesar dos limites de tais ações, não se pode menosprezar o fato de que em 11 de julho e em 30 de agosto a classe trabalhadora realizou (apesar das amarras e armadilhas da burocracia sindical) demonstrações significativas de seu poder social.

Os setores da classe trabalhadora com tradição de luta e sindicatos com vida interna (mesmo que controlados por governistas e pelegos) visivelmente queriam tomar parte nas batalhas que vinham se dando nas ruas. Mas os burocratas que dominam os principais sindicatos brasileiros foram um empecilho monstruoso que efetivamente preveniu que ela se pusesse à frente das poderosas manifestações de junho e julho. Apenas após os atos diminuírem e os ânimos de protesto se acalmarem um pouco, foi que se convocou o “Dia Nacional de Lutas”, de forma conjunta (e propositalmente tardia) pelas centrais sindicais brasileiras (CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CGTB, CSP-Conlutas e outras). A maior parte dos seus dirigentes claramente buscou manter a mobilização contida a um nível “aceitável” para o governo do PT. Em muitas categorias importantes, não houve greve ou agitação. Paralelamente, as centrais alinhadas diretamente com o governo, CUT e CTB, tentaram transformar o dia 11 em um dia de apoio velado ao governo Dilma e sua promessa vazia de “ouvir a voz das ruas”.

A maioria dos sindicatos está nas mãos de carreiristas pró-capitalistas, que destroem as possibilidades de uma

luta bem organizada e consciente, minam a confiança e desanimam o proletariado, além de semear ilusões nos governos burgueses (e têm feito isso por décadas). Para manterem suas posições privilegiadas, os burocratas precisam impedir uma luta destemida dos trabalhadores. Os revolucionários atuam nos sindicatos não como um fim em si (até porque estes são atualmente bastante burocratizados e reúnem apenas uma parcela minoritária da classe trabalhadora). Eles adentram os sindicatos como um meio para chegarem ao conjunto do proletariado. Seus interesses são distintos das práticas institucionalizadas dos burocratas da CUT, Força Sindical, e demais. Durante uma situação explosiva como a que vivemos, um partido revolucionário de trabalhadores teria buscado intervir com a proposta de uma **greve geral contra os governos e os patrões**.

Enquanto defendesse demandas imediatas sentidas pelos trabalhadores, um partido revolucionário também apontaria a necessidade de os proletários construir seu próprio governo; tentaria popularizar demandas que vão além dos limites do capitalismo, como o **reajuste imediato de salários de acordo com o aumento do custo de vida**, o **direito a um salário mínimo para todas as necessidades essenciais** (como calculado pelo DIEESE – R\$ 2.761 em novembro de 2013) e **redução progressiva das horas de trabalho (sem redução de salário) até acabar com o desemprego**; impulsionaria organização dos trabalhadores contra a repressão policial, formando **autodefesas baseadas nos sindicatos**; realizaria uma campanha implacável de denúncia contra todos os burocratas que traem e freiam as mobilizações; chamaria o movimento operário a se colocar na vanguarda do **combate contra cada caso de opressão racial, machista ou homofóbica**; proporia soluções radicais para questões que afligem o povo trabalhador, como é a questão da moradia nas grandes cidades, por exemplo, defendendo o **direito de confisco de todos os imóveis fora de uso pelos trabalhadores que precisam**.

Dirigida majoritariamente por um partido que se reivindica revolucionário (o PSTU), a CSP-Conlutas se coloca em oposição de esquerda ao governo Dilma. Poder-se-ia esperar dessa central um papel chave em desmascarar todos os burocratas que apoiam o governo do PT e se fazem de aliados dos trabalhadores. A CSP-Conlutas teve, de fato, um papel de destaque em muitos estados nas ações do dia 11 de julho (e mais ainda no dia 30 de agosto, quando as demais centrais em grande parte boicotaram a luta) apesar do seu peso pequeno no movimento sindical brasileiro.

Entretanto, sua política passou muito longe de orientar adequadamente os trabalhadores contra os burocratas. A direção da CSP-Conlutas não apoiou as promessas vazias feitas por Dilma em seu pronunciamento televisivo de 21 de junho. Mas caiu completamente na armadilha “de esquerda” que promove a burocracia, que é a ideia de que seria preciso *pressionar o governo para que ele passe a defender os trabalhadores* e “mude o país” para melhor:



Reunião unificada das centrais sindicais, que convocou o ato do dia 11 de julho: o papel do PSTU à frente da CSP-Conlutas foi no mínimo tímido [blog (R) Existência e Educação].

“Se o governo não demonstra nenhuma intenção de resolver os problemas, a tarefa é aumentar a mobilização. Este é o desafio do momento... É hora de parar o Brasil inteiro para **cobrar do governo uma mudança de rumo no país** e o atendimento das reivindicações dos trabalhadores. Este é o caminho.” (Ênfase nossa).

— Nota da CSP-Conlutas, 26 de junho de 2013. Disponível em: <http://cspconlutas.org.br/2013/06/reuniao-de-centrais-sindicais-com-presidenta-dilma-foi- apenas-para-ingles-ver-e-nao-apresenta-proposta-aos-trabalhadores/>

“Precisamos parar as privatizações (a começar com o fim dos leilões das reservas de petróleo) e reverter as que já formam feitas, recuperar o patrimônio público que foi entregue para empresas privadas a preço de banana. Sem isso não há soberania nem futuro para o país. **O governo precisa parar de dar dinheiro público para as grandes empresas**, para que haja recursos para financiar as políticas públicas que melhorem a vida do povo.” (Ênfase nossa).

— Nota da CSP-Conlutas, 1º de julho de 2013. Disponível em: <http://cspconlutas.org.br/2013/07/onze-de-julho-e-dia-nacional-de-greves-paralisacoes-e-manifestacoes-de-rua/>

Essa forma de colocar a questão, que está absolutamente naturalizada no discurso dos dirigentes da CSP-Conlutas, contém um problema gravíssimo, que desorienta os trabalhadores se levarmos em conta uma perspectiva revolucionária. É claro que o proletariado exige o atendimento de reivindicações que são feitas aos governos burgueses nas lutas e os revolucionários devem participar em todas as mobilizações por reformas e melhorias parciais. Mas isso é muito diferente de exigir do governo burguês uma “mudança nos rumos do país” que “melhore a vida do povo”. Os revolucionários não pedem que o governo burguês “passe a favorecer os trabalhadores”. Isso é uma ilusão e/ou uma enganação. Ao contrário, é essencial explicar pacientemente que um governo baseado nas instituições do Estado burguês jamais poderá servir aos proletários.

Por sinal, esse tipo de “estratégia” (“Este é o caminho”) baseada em falsas exigências (falsas, pois não podem jamais ser alcançadas cobrando-as do governo do PT) vai contra a luta por um “governo dos trabalhadores” contra ambos o PT e a oposição de direita, que a CSP-Conlutas diz reivindicar. Ou é preciso derrotar o governo burguês do PT quando a classe trabalhadora estiver suficientemente madura e consciente, ou deve-se apostar em pressioná-lo a “mudar sua política econômica” a

favor da classe operária. Não é possível apontar os dois caminhos, mas a direção da CSP-Conlutas frequentemente passeia entre essas duas perspectivas opostas pela raiz. Fazendo isso, auxilia a tese dos burocratas governistas e semigovernistas do “governo em disputa”, a ideia de que se pressionarmos o governo ele pode de alguma forma passar a favorecer os trabalhadores. Essa lógica coloca a CSP-Conlutas no papel de “conselheira de esquerda” do governo burguês.

A CSP-Conlutas é um setor minoritário do movimento sindical brasileiro e não poderia sozinho realizar um movimento capaz de abalar seriamente o governo petista. O que se poderia exigir dela enquanto entidade é, durante as lutas, a realização de uma campanha implacável de denúncia do governo e dos burocratas governistas, com absoluta clareza a respeito das tarefas dos trabalhadores. Como vimos, durante os dias 11 de julho e 30 de agosto isso não foi realizado. Apesar de algumas críticas aos governistas no jornal do PSTU e em alguns folhetos da entidade, prevaleceu o clima de um dia de “unidade de todas as centrais” para cobrar do governo uma “mudança de rumo” na sua pauta econômica (do qual a CSP-Conlutas nada destoou). Assim, no momento em que a classe proletária protagonizou as maiores ações organizadas nos últimos anos, ficou clara a incapacidade do PSTU de fazer da CSP-Conlutas uma alternativa concreta ao sindicalismo governista, pois tal partido coloca a central sindical que dirige no caminho do reformismo e de uma pauta dentro dos marcos do governo petista.

A questão negra entre sangue e fogo

A opressão sofrida pelos negros brasileiros também se revelou de forma dramática nas lutas do último ano. A perseguição policial preferencial aos negros e nordestinos deixa uma fila de mortos. Amarildo, pedreiro negro detido pela polícia no dia 14 de julho por ser considerado “suspeito” de envolvimento com o tráfico de drogas (sem nenhuma “evidência” para além da cor de sua pele e do local onde morava), foi torturado com choques elétricos até a morte e seu corpo ocultado pelos policiais da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) da Rocinha. Impossível esquecer também o assassinato dos moradores na chacina da Favela da Maré durante um protesto no dia 24 de junho, no auge das manifestações de rua. Ao longo dos meses, agressões, assassinatos e desrespeitos contra a população pobre e negra se seguiram um após o outro por parte da polícia, expressando nitidamente como o Estado burguês racista acha que a vida dessa camada da população não possui valor algum.

Rodrigo Pimentel, o aclamado autor do livro e filme *Tropa de Elite* e atual comentarista de segurança da Rede Globo, deixou clara essa posição em uma de suas colocações: “O Fuzil AR-15 deve ser utilizado em guerra, em operações policiais em comunidades e favelas. Não é uma arma para se utilizar em área urbana”. Para a

burguesia brasileira e seus porta-vozes, é natural usar armas de guerra nas áreas em que vive a população negra. A polícia que mata na favela é a mesma que reprime no asfalto, porém na favela as balas não são de borracha.

O racismo é uma das características históricas do capitalismo em nosso país, e está presente em praticamente todos os aspectos da vida do brasileiro, inclusive na superexploração dos proletários negros (expressa no trabalho informal, na flexibilização dos direitos trabalhistas, no pagamento de salários mais baixos, etc.). A posição dos revolucionários não pode ser de indiferença com relação ao racismo, ou de nada ter a oferecer aos negros além do “programa geral para os trabalhadores”.

Devemos combater ativamente todas as manifestações de opressão e tomar uma postura ativa de defesa dos que são mais oprimidos pelo capitalismo. Essa posição vai ganhar para a luta anticapitalista uma camada significativa dos proletários e semiproletários negros e nordestinos que sentem na pele a opressão do Estado da forma mais intensa e tem um interesse objetivo na sua destruição. Por essas condições, não temos dúvidas que serão os negros e as mulheres trabalhadores que estarão à frente da revolução proletária brasileira – mas esse entendimento não parece ser compartilhado por muitos na esquerda que pouco tocaram na questão do racismo durante as lutas do ano passado.

Nós do Reagrupamento Revolucionário defendemos ativamente que os “Fóruns de Lutas” que surgiram em algumas capitais buscassem integrar não só a juventude, mas também a classe trabalhadora e, principalmente, seu setor mais explorado. O momento era propício para soldar, sob a liderança do proletariado, uma unidade entre todos os oprimidos que se chocam com os interesses do capitalismo e dos governos burgueses. Sob uma liderança e um programa proletários, tal unidade apresenta possibilidades extraordinárias para derrotar o capitalismo e o racismo. Como dissemos em nosso artigo *Marxismo e Questão Negra no Brasil* (maio de 2012):

“O fim do racismo no Brasil, a plena integração do negro à sociedade, não é possível sem o fim do capitalismo. Mas esta não é uma relação de mão única: a luta da população negra contra sua forma de opressão também contribuirá para fortalecer a luta de classes do proletariado em geral. Logo, é necessário combinar as demandas da população negra contra a opressão, principalmente seu setor majoritário que se encontra no proletariado, com as demandas objetivas do conjunto da classe trabalhadora e sua luta pelo socialismo”.

— Disponível em:

http://regroupment.org/main/page_black_question_in_brazil_portugus.html

Algumas vezes a mídia corporativa insistiu em caracterizar os jovens que tomaram as ruas ao longo das



Julho de 2013: manifestação fecha a Av. Brasil em frente à favela da Maré (Rio de Janeiro), em repúdio à chacina realizada pela polícia no dia anterior, com saldo de 13 mortos. [blog Pela Moradia]

jornadas de lutas como os filhos privilegiados da “classe média”, que não tinham muito do que reclamar (basta lembrarmos do comentário de Arnaldo Jabor, “especialista” em asneiras da Rede Globo). Se a condição de classe dos primeiros contingentes a tomarem as ruas, antes da explosão que tomou o país de cabo a rabo, era em grande parte de filhos de setores menos pauperizados da classe trabalhadora e dos estratos inferiores da pequena-burguesia (o que o senso comum costuma chamar de “classe média”), esse quadro mudou severamente de meados de junho em diante.

Um amplo setor daqueles jovens que enfrentaram corajosamente as forças de repressão eram trabalhadores precarizados, advindos das periferias e favelas, que vivem de um salário de fome. Isso foi demonstrado por uma pesquisa realizada na manifestação de 20 de junho no Rio de Janeiro, segundo a qual a média era de manifestantes com mais de vinte anos, escolarização de nível médio, trabalhando e com renda familiar entre dois e três salários mínimos [3].

Grande parte dessa juventude integra a classe trabalhadora, porém não tomou as ruas como tal. Não possuem consciência de seus interesses de classe e estiveram muitas vezes confundidos pelo lixo nacional-pacifista que era propagado pela grande mídia burguesa com o intuito de desmobilizar as lutas. Certamente, esses trabalhadores também não reconhecem em seus sindicatos um instrumento de luta, pois estes são ou inexistentes na prática (entidades fantasmas controladas por uma camarilha interessada no recolhimento do imposto sindical) ou pró-patronais, chegando mesmo a delatar aos patrões qualquer trabalhador que se interesse em organizar lutas. Estes casos são ainda mais comuns com as empresas de trabalhadores terceirizados, que são em maioria negros e cujos “direitos” são praticamente inexistentes.

É essencial buscar formas de organizar essa juventude proletária pauperizada que estava presente de forma dispersa nas lutas. Uma demanda essencial é que os sindicatos integrem e organizem os trabalhadores terceirizados de suas categorias e ramos. Num nível mais alto de mobilização, seria possível a organização

desses trabalhadores por locais de moradia e de trabalho, conforme apontamos enquanto perspectiva no Fórum de Lutas do Rio de Janeiro [4].

Mais do que salários melhores (pauta quase que exclusiva do “sindicalismo de resultados”), é central colocar o combate ao racismo, à violência policial e às mil formas de discriminação e opressão em primeiro plano para mobilizar tal setor, expressando tal combate em âmbitos que não só o do trabalho (que deve incluir demandas como **igual salário para igual trabalho e efetivação com plenos direitos de todos funcionários terceirizados**), mas também lutando de forma firme e intransigente pelo fim da polícia que os extermina cotidianamente nas periferias e favelas; na defesa de um **transporte público, gratuito e de qualidade; livre acesso à educação via fim do vestibular e estatização das universidades privadas**; dentre outras demandas.

A coragem e disposição para lutar dessa juventude proletária precarizada ficou evidente no ano passado. Tal setor tende a continuar protagonizando atos de combatividade nas lutas que esse ano promete, contra a barbárie que os megaeventos (Copa e Olimpíadas) tem perpetrado nas favelas e periferias e também nos canteiros de obras. Mas para que tal energia seja canalizada de maneira produtiva para a luta, é necessário integrar tal camada aos setores já organizados do proletariado, buscando despertar sua consciência de classe e sua identidade operária, baseando-se em um programa socialista. Apenas assim poderão transcender o beco sem saída de tomar as manifestações como um fim em si (como muitos fizeram) e sua desconfiança em relação à construção de um partido de trabalhadores revolucionário (já que os partidos em geral foram associados ao jogo sujo da política parlamentar).

O Black Bloc e a “respeitabilidade” burguesa

Um dos assuntos que mais se destacou ao longo dessa jornada de lutas de 2013 foi certamente o surgimento em peso de adeptos da tática Black Bloc, que deixou atônitos os porta-vozes da burguesia (que fizeram de tudo para criminalizá-los) e os social pacifistas da esquerda. Apesar de bastante heterogêneos em sua composição, os Black Blocs são quase sempre jovens que rejeitam a organização partidária como princípio, associam-se vagamente com o anarquismo e se organizam para se proteger dos ataques da polícia ou mesmo buscar o enfrentamento com os repressores. Suas ações variam entre a defesa contra as investidas policiais (montando barricadas nas ruas, por exemplo), até ataques contra alvos identificados como símbolos do capitalismo – vitrines de lojas e bancos e prédios institucionais.

Talvez a faceta mais clara do papel e do caráter reacionário da burocracia sindical tenha vindo à tona quando, no dia 11 de julho no Rio de Janeiro, os bate-paus a serviço dos dirigentes da CTB atacaram violentamente e empurraram para o cordão policial o grupo do Black Bloc e outros setores radicalizados no protesto convocado pelas

centrais. Enquanto uma juventude combativa se confrontava com o aparato policial do governador assassino Sergio Cabral (aliado de Dilma, PT e PCdoB), esses verdadeiros “capatazes da burguesia dentro do movimento operário” tomaram o lado da polícia.

Nossa atitude com relação aos Black Blocs é, antes de tudo, de defesa incondicional de seus membros contra a repressão policial. Estamos ao seu lado contra os ataques que sofrem das polícias e dos burocratas por serem um setor radicalizado das manifestações. Defendemos **a libertação imediata de todos os ativistas presos e a queda dos processos e o fim dos órgãos de repressão e espionagem** estabelecidos pelos governos no decorrer das lutas, como foi a CEIV (Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo) de Cabral. Os representantes do capital é que são os verdadeiros bandidos!

Mas, apesar de ser fácil para um militante combativo simpatizar com o sentimento por detrás desses ataques simbólicos à propriedade burguesa, na prática tais ações são de fato puramente *simbólicas*, deixando intacto o verdadeiro poder capitalista por detrás de tais símbolos. Elas ainda expõem de forma desnecessária estes ativistas jovens a possíveis prisões e indiciamentos, uma vez que a correlação de forças atual as torna isoladas frente ao poderoso aparato repressivo do Estado.

Além disso, somos opostos à ausência de estratégia revolucionária na concepção do Black Bloc. Embora em algumas ocasiões seus membros tenham realizado ações heroicas de resistência contra a polícia e ajudado a proteger manifestantes despreparados, não tem nenhum projeto que aponte para a necessidade de ligação com o proletariado para que este esteja à frente das massas oprimidas e muito menos uma perspectiva de governo direto dos trabalhadores. Não colocam a centralidade da classe proletária, se deixando levar pelo espontaneísmo e por uma perspectiva imediatista de “ação direta” sem estratégia.

Tal tática é, em última análise, uma expressão de ira da juventude oprimida contra os poderes estabelecidos, mas que carece completamente de um norte estratégico, que possa de fato antagonizar o poder do capital. E sem isso, não será possível triunfar sua revolta contra os inimigos que são a polícia e os capitalistas. Não é o suficiente fazer a polícia recuar, é necessário destruí-la como instituição; de nada serve o esforço de quebrar as vitrines dos bancos e das grandes empresas, o que é necessário é expropriar os capitalistas; isso só pode ser feito pela força do proletariado imbuído de um programa revolucionário.

Ademais, por mais que tenha sido positivo o Black Bloc ter recolocado na agenda a questão da autodefesa contra as forças de repressão, é fundamental que essa seja submetida e organizada através de um controle democrático das assembleias de luta, para evitar ações aventureiras que possam acabar sendo desastrosas para os próprios manifestantes. Defendemos que as autodefesas devem ser prioritariamente organizadas ao redor da classe operária, que tem a estrutura necessária para garantir que

elas transcendam a improvisação e o espontaneísmo, que são fraquezas constantes do Black Bloc. Um controle democrático também coloca a autodefesa enquanto uma responsabilidade coletiva dos manifestantes, evitando assim o aventureirismo individualista.

Uma organização revolucionária buscaria dialogar com essa juventude radicalizada que compõe os Black Blocs, oferecendo a perspectiva estratégica do bolchevismo, a importância de construir um partido disciplinado de luta contra a “democracia” dos ricos e preparação revolucionária dos trabalhadores em oposição aos burocratas e reformistas. Como colocou o revolucionário norte-americano James P. Cannon certa vez com relação ao anarquismo (e se aplica também aos Black Blocs):

“Isso pode parecer uma contradição em termos, mas se não fosse pelo anarquismo dentro de nós enquanto indivíduos, nós não precisaríamos da disciplina de uma organização. O partido revolucionário representa uma unidade dialética de opostos. Por um lado ele é, de fato, a fusão dos instintos rebeldes de indivíduos com o reconhecimento intelectual de que sua rebelião só pode ser efetiva se eles estiverem combinados e unidos em uma única força de ataque, que apenas uma organização disciplinada pode fornecer.”

— *Carta a Myra Tanner*, 29 de julho de 1955.
Disponível em:
<http://www.marxists.org/portugues/cannon/1955/07/29.htm>

A posição de vários setores da esquerda com relação aos Black Blocs também foi notória do seu nível de adaptação à “respeitabilidade” burguesa. O Deputado Estadual Marcelo Freixo do PSOL (“queridinho” de muitos setores da esquerda no Rio de Janeiro), defendeu o cumprimento da “Lei e Ordem” burguesa. Segundo uma entrevista de Freixo publicada no jornal *O Dia*, o deputado defende a prisão de qualquer ativista que fizer “depredação”:

“Não dá para concordar com quebra-quebra e claro que a polícia tem que prender quem estiver depredando o patrimônio público ou privado. A polícia tem que agir dentro do que a lei determina. O que está sendo questionado não é o cumprimento da lei por parte da polícia, mas o contrário, o descumprimento dela.”

— Reportagem do jornal *O Dia*, 18 de julho de 2013. Disponível em:
<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-07-18/marcelo-freixo-comportamento-do-comandante-da-pm-foi-patetico.html>

Essa posição escandalosa, entretanto, foi recebida



Coluna Black Bloc em manifestação da greve dos educadores do Rio de Janeiro: apesar da simpatia que angariaram, sua espontaneidade individualista e falta de programa devem ser criticados. [G1]

com um espantoso silêncio por parte de todos os setores do PSOL, inclusive aquelas correntes autoaclamadas revolucionárias que se consideram da “ala esquerda” desse partido (como a CST e a LSR/CWI), que jamais se manifestaram publicamente sobre isso e seguem vendo em Freixo uma “alternativa” para o PSOL. Essa mesma “ala esquerda” do PSOL também apoiou Freixo com entusiasmo nas últimas eleições municipais em 2012. Naquela época, essas correntes também ficaram caladas diante de afirmação de Freixo, em rede de televisão, que “dependendo da situação”, poderia sim cortar ponto de trabalhadores municipais em greve. Assim como antes, fingem que não veem as posições reacionárias de seu candidato para poderem se manter na sua aba, posicionamento que só faz aprofundar a desconfiança e repúdio dos novos lutadores em relação a partidos de esquerda.

A polêmica do PSTU com o Black Bloc

Uma posição sectária (e ao mesmo tempo oportunista) com relação aos Black Blocs foi desenvolvida pelo PSTU. O partido realizou uma série de polêmicas públicas com os Black Blocs que reverberaram por toda a esquerda. Mas os argumentos dessa polêmica não vêm do arsenal do marxismo revolucionário:

“Nós, do PSTU, não temos nenhum apreço por essas instituições [bancos, empresas e lojas que tiveram suas vitrines quebradas]. Muito pelo contrário. Mas, consideramos que esses métodos não enfraquecem os grandes empresários. Ao contrário, lhes dão um argumento para jogar a opinião pública – e muitos trabalhadores – contra as manifestações e, assim, preparar a repressão. Sua ‘ação direta’ é típica de setores de vanguarda, descolados das massas, que terminam por fazer o jogo da direita, justificando a repressão.”

(...)

“Os ‘Black Blocs’, porém, têm uma ação distinta [da simples defesa contra os ataques da polícia]. Entram nas passeatas e, sem que

tenha havido qualquer deliberação por parte dos manifestantes ou dos grupos que organizaram o protesto, atacam de forma provocativa a polícia, que reage, sistematicamente, reprimindo e muitas vezes acabando com as mobilizações. Agem como provocadores da repressão policial, tendo sido responsáveis, muitas vezes, por acabar com várias passeatas. Foi o que aconteceu no Rio de Janeiro, nas últimas manifestações pelo ‘Fora Cabral’.”

— *Boletim do PSTU Rio de Janeiro*, 27 de julho de 2013. Disponível em:
<http://www.pstu.org.br/node/19855>

Em primeiro lugar, chama atenção o vocabulário do PSTU. Os membros do Black Bloc seriam “provocadores da repressão policial” e “responsáveis, muitas vezes, por acabar com várias passeatas”. Como já afirmamos, não temos acordo com os métodos espontaneístas e aventureiros dos Black Bloc, que podem levar a ações desastrosas em momentos de correlação de força desfavoráveis, tendo um desfecho negativo para esses manifestantes. Mas o PSTU tende a simplificar a questão, como se tivessem sido os Black Blocs os responsáveis pela repressão brutal que ocorreu na maior parte das manifestações do ano passado.

Diferente do que dá a entender o PSTU, a polícia não precisou de nenhuma “justificativa” para atacar brutalmente e mesmo assassinar lutadores e manifestantes no último ano: sua repressão era sistemática tanto em atos pacíficos quanto em protestos radicalizados. Responsabilizar o Black Bloc pela reação truculenta da polícia é uma piada de mau gosto. Fazer isso é confundir quem são os oprimidos e quem são os opressores da história, é limpar a ficha da polícia, pois sua ação seria aparentemente “justificada” pelos “provocadores”. Na concepção do PSTU, os Black Blocs não seriam manifestantes que utilizam táticas radicalizadas, mas indivíduos aparentemente infiltrados nas lutas, que “entram nas passeatas” e “se aproveitam das mobilizações”.

A polêmica do PSTU com o Black Bloc não é uma discussão a respeito dos melhores métodos de resistência para a classe trabalhadora e a juventude, e sim uma “crítica” que poderia ser (com alguns retoques) publicada por um socialdemocrata. Os Black Blocs não são criticados centralmente pela inadequação ou insuficiência de suas políticas, e sim porque vão contra a “opinião pública”, quer dizer, as concepções pacifistas atuais predominantes na população, que rejeitam qualquer resistência organizada contra as forças policiais. Ora, a primeira tarefa de um partido revolucionário é justamente combater esse tipo de “opinião pública” (inclusive entre os trabalhadores) que se preocupa mais com algumas vitrines quebradas do que com a fúria assassina da polícia contra a juventude.

Um autêntico partido revolucionário não viraria os olhos para o fato de que a radicalização da juventude (da qual o Black Bloc é apenas uma das formas assumidas) é

uma expressão contraditória de um desejo de se levantar contra o sistema capitalista. Desejo esse que, apesar de partir de um impulso progressivo, carece de um guia de ação, de métodos adequados e de um programa revolucionário. Ao contrário, os revolucionários buscariam dialogar com esses jovens sobre a necessidade de aliança com o proletariado e sobre a importância de construir um partido trotskista. Não se faz isso dizendo que tais jovens são “provocadores” e culpados pela reação policial.

Mas se podemos criticar a postura hostil do PSTU em relação aos jovens do Black Bloc, o mesmo não se pode dizer da sua caracterização generosa dos cães de guarda da burguesia, chamados de “trabalhadores uniformizados” ou “trabalhadores da segurança”, que esse partido tem repetido dezenas de vezes ao longo dos anos. O PSTU também revelou (no boletim distribuído por sua regional no Rio de Janeiro) que sua postura com relação ao Black Bloc tinha muito a ver com sua adaptação (de longa data) às instituições do Estado burguês:

“Não é através da ação de grupos conspiradores, sem vínculos com as lutas reais da classe trabalhadora e sua própria auto-organização, que o capitalismo irá conhecer seu fim. Além disso, o enfrentamento com a polícia não pode ser uma estratégia em si (como pensam os Black Blocs), e sim uma necessidade que por vezes é colocada para a militância quando a classe trabalhadora e a juventude são atacadas covardemente pelo aparelho policial nas manifestações. E mais: queremos dividir a polícia, trazer uma parte dela para o campo dos trabalhadores. Isso foi fundamental para o processo revolucionário na Rússia, por exemplo.”

“Nós do PSTU queremos tornar as passeatas cada vez maiores. Queremos atrair a classe trabalhadora para estar junto à juventude nesta luta. Sem os trabalhadores, nossa luta contra Cabral, Paes e Dilma não tem a menor chance de ser vitoriosa. O permanente enfrentamento com a polícia dificulta o crescimento do nosso movimento, e pior, facilita a criminalização dos movimentos sociais. Cedo ou tarde, a mídia vai jogar a opinião pública contra as manifestações e vai abrir caminho [para] mais repressão.”

— *Nota do PSTU Rio de Janeiro*, 06 de agosto de 2013. Disponível em:
<http://www.pstu.org.br/node/19891>

É verdade que o enfrentamento com a polícia não é “uma estratégia em si”. Mas tampouco enfrentar a polícia é algo a ser feito “por vezes”, somente quando os trabalhadores são atacados. Na verdade, um dos pontos essenciais do marxismo revolucionário é a necessidade de “esfacelar” a máquina estatal burguesa, cujo esqueleto são as forças de repressão. O que o PSTU não diz é que a destruição da polícia é uma tarefa estratégica para os

trabalhadores, embora nem sempre seja tático entrar em confronto com ela.

Os trabalhadores devem entrar na luta preparados para vencer. Não é tático entrar em uma briga de vida ou morte quando o inimigo está mais forte. O melhor nessa situação é resistir tanto quanto possível e preparar as forças para uma investida futura, sem jamais perder de vista que é necessário derrotar e desmembrar o aparato repressor burguês. O PSTU se “esquece” de mencionar esse aspecto. É verdade que o “enfrentamento permanente” com a polícia, quando as condições não o permitem, não é nada vantajoso para os trabalhadores e a juventude. Os que defendem ações aventureiras devem ser combatidos. Mas isso não tem nada a ver com a maioria dos confrontos de resistência contra a violência policial que testemunhamos no último ano, que são não apenas quase que inevitáveis ante a ação brutal das forças de repressão, mas expressão do direito dos manifestantes de se defenderem dessa violência.

O receio do PSTU é de que, se houver mais enfrentamento com a polícia, “a mídia vá jogar a opinião pública contra as manifestações” e “abrir caminho para mais repressão”. A lógica dessa frase é de que não se deve enfrentar a polícia porque isso joga a opinião pública contra as manifestações. Se o PSTU está esperando o momento em que a imprensa capitalista vai apoiar um enfrentamento dos oprimidos contra o Estado burguês, então vai ficar esperando eternamente. Mas na verdade, a grande parte da população passou longe de acreditar no discurso da imprensa. Ao contrário, percebiam muitas de suas mentiras descaradas para criminalizar os Black Blocs e os demais manifestantes.

Em outras ocasiões, nós já polemizamos com o PSTU sobre a questão de rachar as forças de repressão[5]. De um ponto de vista revolucionário, dividir as forças armadas da burguesia é importante para *afacelar* essas forças em meio a uma conjuntura revolucionária. Rachar o aparato repressivo é um passo para abolir toda a sua estrutura num contexto de luta pelo poder. Nada tem em comum com a proposta levantada pelo PSTU de “desmilitarização” da polícia ou com seus esquemas para que ela se torne um órgão de “defesa dos interesses da população”. Também jamais vai acontecer tal racha sem que seja em uma situação revolucionária, na qual os trabalhadores montem destacamentos baseados em suas organizações de luta, que devem ser o núcleo das suas forças contra os policiais da classe dominante. O autor do texto do PSTU afirma que ganhar a polícia foi “fundamental para o processo revolucionário na Rússia, por exemplo”. Talvez ele devesse estudar melhor a mais importante revolução da história contemporânea. Um dos seus líderes centrais, Trotsky, relatou:

“Entretanto, a palavra de ordem geral é desarmar os faraós [*apelido dos policiais russos*]. A polícia é o inimigo feroz, inexorável, odiado e odioso. A questão

da conciliação nem se coloca. Eles são agredidos ou abatidos.”

— *História da Revolução Russa*, 1930. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1930/historia/cap07.htm>

O que nos diz o PSTU é que, para “dividir a polícia, trazer uma parte dela para o campo dos trabalhadores” deve-se evitar se confrontar com esse aparato repressor da burguesia. Ora, numa futura situação revolucionária, rachar os aparatos de repressão não é uma tarefa deslocada do enfrentamento dos trabalhadores contra tais forças, e sim um elemento complementar. Dizer para os trabalhadores e para a juventude que não se deve enfrentar a polícia porque “queremos ganhar uma parte dela” é depositar expectativas nas instituições da classe dominante e não na ação direta do proletariado. Quando isso é colocado num momento de confrontos com a polícia em defesa do direito de livre manifestação, como foi o caso, só serve para semear a passividade nas massas.

Uma posição desse tipo fica diretamente oposta à realidade dos jovens trabalhadores precarizados que enfrentam cotidianamente a repressão policial nas favelas e periferias e se dispõem ao enfrentamento nas manifestações. Esta disposição deve ser organizada ao redor da classe proletária e preparada coletivamente com o máximo de profissionalismo, superando o espontaneísmo do seu conteúdo atual. Criticar tal disposição de luta e resistência sob o argumento de que atrapalha ganhar os policiais, joga a “opinião pública” contra os protestos ou acaba sendo “responsável pela repressão” só serve para fortalecer ilusões pacifistas e repelir instintos combativos.

Por um partido revolucionário de trabalhadores!

Em todos os aspectos das lutas que discutimos neste artigo, pontuamos invariavelmente a necessidade central de um partido revolucionário de trabalhadores. Como ficou claro, esse não é um partido para administrar o capitalismo, mas sim para liderar o proletariado e os oprimidos na luta pela derrota dos governos da burguesia e pela construção do seu próprio poder, aniquilando as estruturas do capitalismo e do seu Estado. O trabalho para construir esse partido não é simples e envolverá um esforço árduo e consciente do melhor da vanguarda comunista, ao longo de anos, para reagrupar os revolucionários, hoje dispersos, e tornar as ideias do trotskismo conhecidas pelas massas.

Muitos militantes que se reivindicam anarquistas rejeitam a importância de uma vanguarda, dizendo que as massas não precisam de líderes. No vocabulário trotskista, vanguarda não significa adoração cega ou aparelhamento burocrático, e sim liderança de ideias. E disso as massas certamente necessitam. A ideologia burguesa, que naturaliza nos oprimidos sua posição social e a suposta inevitabilidade da sua condição é um obstáculo mais poderoso do que

qualquer polícia. E também as variantes enganadoras que são difundidas pela burocracia sindical e pelas correntes reformistas e centristas precisam ser confrontadas. Ao buscar fazer isso, um grupo necessariamente está chamando os trabalhadores a se somarem à sua posição. O partido nada mais é que uma forma disciplinada e potencializada de batalhar para que a classe trabalhadora chegue a posições revolucionárias.

A divisão dos partidos e organizações que se reivindicam revolucionários é frequentemente alvo de queixas. Mas poucas vezes os ativistas que fazem essa reclamação realmente analisam as diferenças entre os grupos para julgar se são triviais ou se são diferenças de perspectiva que exigem uma batalha para atrair os militantes comprometidos para posições corretas contra posições oportunistas. Os revolucionários lutam para fazer o movimento avançar o máximo possível, mas têm consciência de que enquanto as posições revolucionárias forem minoritárias, os líderes do movimento serão, na melhor das hipóteses, correntes reformistas que provavelmente irão trair e desviar as lutas. Sem travar uma batalha política e teórica contra as posições oportunistas com o objetivo de ganhar os militantes e grupos subjetivamente comprometidos com a revolução,

as posições revolucionárias jamais alcançarão uma hegemonia entre o proletariado e a juventude. Para nós do Reagrupamento Revolucionário essa é uma tarefa prioritária.

NOTAS

[1] Os dois artigos complementos serão publicados em breve.

[2] A análise do Reagrupamento Revolucionário sobre essa questão pode ser lida em *Revolta de Massas no Brasil*, de junho de 2013. Disponível em: http://regroupment.org/main/page_mass_revolt_2013_portugus.html

[3] Pesquisa disponível, na forma de infográfico, em: <http://www.pinterest.com/pin/418975571554441712/>

[4] Conferir, por exemplo, o panfleto distribuído na assembleia do dia 30 de julho de 2013, disponível em: http://regroupment.org/main/page_brazil_713_portugus.html



Superar as direções governistas e oportunistas:

Por um programa anticapitalista e luta proletária independente dos burocratas!

Este panfleto foi distribuído pelo Reagrupamento Revolucionário na assembleia do Fórum de Lutas do Rio de Janeiro no dia 30 de julho.

Após as “Jornadas de Junho” terem sacudido o Brasil, milhares de jovens seguem mobilizados nas principais capitais do país. Depois dos protestos terem levado mais de um milhão de pessoas às ruas de norte a sul, conseguimos a redução das passagens de ônibus e de outros transportes públicos em dezenas de cidades, além da aprovação de passe livre estudantil em Goiânia (GO) e de “tarifa zero” em Paulínia (SP). Mas isso ainda é muito pouco frente ao grande potencial apresentado pelas mobilizações atuais – principalmente porque em muitos lugares a redução será custeada com os impostos arrancados do suor dos trabalhadores.

Apesar das nossas vitórias serem ainda muito parciais, depois da redução das passagens os protestos diminuíram, voltando a ser contados em alguns milhares. No último dia 11 de julho, muitos esperavam uma mudança significativa, com a entrada em cena da classe trabalhadora. É inegável que muitos trabalhadores, principalmente os mais jovens, tem desde o início estado presentes nas ruas, mas só no dia 11 é que eles apareceram enquanto uma força política organizada, *enquanto classe*.

Entretanto, no lugar da necessária **greve geral** que parasse todo o país e colocasse patrões e governantes contra

a parede, o que vimos foi um “Dia Nacional de Lutas” bem mais fraco. No Rio de Janeiro, poucas categorias fizeram greve e as marchas pelo Brasil tiveram um tamanho muito aquém do potencial do nosso proletariado. Para piorar, a próxima convocação de um dia de ações coletivas da classe trabalhadora é apenas para o dia 30 de agosto, daqui a mais de um mês!

Essa situação é fruto de dois fatores principais. O primeiro, é que a maior parte das categorias dos trabalhadores de nosso país encontra-se sob a influência de burocratas que estão há anos encastelados nas direções dos sindicatos e das centrais principais (CUT, CTB, Força Sindical, UGT e NCST) e que defendem o atual governo do PT e da burguesia. Por isso, esses senhores fizeram de tudo para evitar uma mobilização forte, com greves combativas e antigovernistas, capaz de ferir os lucros e abalar os governos. Um exemplo de quão comprometidos estão os burocratas com a defesa dos governos burgueses foi dado pelo PCdoB (que dirige a CTB), que participou da agressão contra militantes combativos no protesto de 11 de julho no Rio de Janeiro (o que gerou a aprovação de uma moção de repúdio na assembleia do Fórum de Lutas do Rio de Janeiro do último dia 16, que termina com a

frase “*Abaixo o PCdoB, polícia de Cabral!*”). [Leia aqui a declaração do Fórum: <http://goo.gl/HqKSpJ>].

Outro obstáculo é que as principais forças que se reivindicam de oposição aos setores governistas – o PSTU e as correntes do PSOL – preferiram um acordo de comprometimento com as direções pelegas das grandes centrais sindicais ao invés da construção de um calendário de lutas independente. No dia 11/7, a CSP-Conlutas e a Intersindical não fizeram nenhuma crítica séria à burocracia pelega. Insistindo nessa posição de uma “unidade calada”, essas forças políticas de oposição ao governo não fazem nada para antecipar as mobilizações do proletariado organizado, ou para garantir que o dia 30/8 seja um dia de disputar os trabalhadores para longe do governismo. Ao contrário, se limitam à construção da mobilização que foi acordada com os dirigentes pelegos, marcada para tão longe na esperança de que até lá as coisas se acalmem, não havendo mais pressão nas bases dos sindicatos para que se concretize uma união direta entre a classe trabalhadora, a juventude combativa e os demais setores oprimidos.

Enquanto os governistas e os oportunistas não forem superados através da mobilização dessas bases que eles atualmente influenciam, a classe trabalhadora continuará tendo uma atuação tímida nesse importante ascenso de lutas que vivemos. Para que isso mude de forma consciente, é fundamental a construção de uma organização revolucionária do proletariado, para que os trabalhadores, junto com todas as massas oprimidas, sejam capazes de concretizar suas demandas contra a exploração, o machismo, o racismo e todas as outras questões que nos vandalizam diariamente.

É necessário um programa anticapitalista claro para orientar essas massas contra seus inimigos, sobretudo em eixos como: ***transporte público, gratuito e de qualidade via estatização das empresas de transporte sem indenização; taxa progressiva dos lucros dos empresários para financiar saúde, educação e moradia para a população trabalhadora; redução da jornada de trabalho sem redução de salários para combater o desemprego; aumento salarial de acordo com o aumento dos preços; pela extinção da polícia racista e pela democratização da mídia através da expropriação dos oligopólios de imprensa; abaixo o Estatuto do Nascituro e a “Cura Gay”; liberdade para os lutadores presos e anistia dos processados; esclarecimento sobre o desaparecimento de Amarildo Dias!***

Com o relativo enfraquecimento dos protestos a nível nacional, é necessário nesse momento que aqueles que permanecem na luta orientem seus esforços para a construção de uma estrutura e de uma pauta de lutas que facilitem a tarefa de derrotar os governos quando as mobilizações ressurgirem com força. As assembleias do Fórum de Lutas do Rio de Janeiro tem sido importantes ao serem um espaço onde as diversas organizações



Maior plenária do Fórum de Lutas, com cerca de duas mil pessoas (julho de 2013): os métodos burocráticos do PSTU e da Insurgência (PSOL) sufocaram o Fórum até ele ser esvaziado por completo.

envolvidas nas manifestações, além de centenas de militantes independentes, se reúnem para discutir e deliberar sobre as lutas em sua cidade.

Mas a sua estrutura de assembleia deliberativa aberta a todos demonstrou uma clara limitação e desgaste: quando um número muito grande de pessoas participa (que é o que todos desejamos e trabalhamos para que se concretize) se torna quase impossível um debate rico entre os diversos projetos e táticas apresentados no calor das lutas. A confusa assembleia com cerca de três mil pessoas que ocorreu no Largo São Francisco foi um exemplo disso e apontou a necessidade de uma forma diferente. Além disso, tal estrutura não possui uma ligação orgânica com a classe trabalhadora do Rio de Janeiro.

Defendemos uma estrutura baseada nos locais de trabalho, nos locais de estudo e nas favelas e ocupações urbanas. A partir de assembleias periódicas nesses espaços, seria possível uma discussão muito mais profunda sobre as necessidades específicas de cada setor e dos diversos projetos que propõem mudanças em nossa sociedade. E para manter a unidade das lutas, tais assembleias deveriam **eleger representantes** (que possam ser substituídos a qualquer momento pelas assembleias que os elegeram), para se reunirem em um Fórum Unificado de Lutas, onde os representantes discutiriam e votariam as demandas do movimento e formariam comissões para organizar as manifestações, greves, piquetes, etc.

Apenas com uma estrutura assim poderemos garantir uma real democracia, que se ligue diretamente com os trabalhadores a partir de seus locais de trabalho e que não crie brechas para que apenas as pessoas com maior disponibilidade de tempo decidam os rumos das mobilizações atuais. Algo assim seria um poderoso instrumento para toda a região metropolitana do Rio de Janeiro e seria de enorme vantagem quando as lutas ressurgirem com peso, além de poderem espalhar o exemplo para outras cidades. Portanto, é urgente que lutemos por tal estrutura e não deixemos nossas energias se dispersarem em formas de organização sem vínculos diretos com a classe trabalhadora e sem uma estrutura democrática de representantes eleitos pela base.



A greve dos educadores do Rio de Janeiro

Por um programa de ação para derrotar os ataques de Paes e Cabral!

Declaração de outubro de 2013

Prolonga-se por mais de dois meses a greve dos profissionais da educação do Rio de Janeiro, tanto os do estado, quanto (exceto por um breve intervalo) os do município. Os governos Paes e Cabral jogam duro, se recusando a aceitar as demandas dos grevistas e usando massivamente a repressão policial contra os educadores e seus apoiadores. Em resposta, dezenas de milhares de jovens aderiram à luta dos educadores, e popularizaram-se nos protestos palavras de ordem como “*Preste atenção trabalhador, Sérgio Cabral mandou bater em professor!*” e “*Não acabou, tem que acabar: eu quero o fim da polícia militar!*”. Esses slogans revelam que a categoria rompeu com a lógica meramente sindical e está em sintonia com demandas mais gerais que tem marcado os massivos protestos que tomam a cidade desde junho, mesmo que tenham diminuído em tamanho. Sintonia essa que não se viu nas recentes greves dos ecetistas (funcionários dos Correios) e dos bancários, por exemplo.

Como uma das grandes pautas das manifestações de junho era justamente por educação pública de qualidade (além de transporte, saúde, moradia, etc.), é compreensível que essa luta em específico tenha feito as ruas da cidade verem novas marchas gigantescas, com a solidariedade de diferentes setores a uma histórica greve (há 20 anos a rede municipal não via uma mobilização dessas proporções). Assim, em grande parte como reflexo do processo de lutas que vivemos desde junho, o que poderia ser apenas um embate em torno do plano de carreira e salários (que permanece como uma questão central) tornou-se também um confronto de grandes proporções contra os governos do PMDB (ambos apoiados pelo PT) e a polícia, motivado por uma compreensão dos educadores que não bastam melhores salários frente às péssimas condições de trabalho atuais e aos projetos de privatização e precarização da educação.

Para vencer: ir além da rotina sindical!

Esse movimento dos educadores é dirigido pelo SEPE-RJ (Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação) e tem extrapolado o clima ameno com o qual se conduz a maior parte das greves recentes. Os dois últimos protestos, por exemplo, contaram com mais de 50 mil pessoas e terminaram em confrontos entre a polícia e setores radicalizados da juventude. No último (15/10), foram feitos mais de duzentos presos políticos e os cães de guarda da burguesia recorreram até mesmo ao uso de armas letais, ferindo ao menos dois manifestantes.

Diante de uma situação como essa, não se pode ter a menor ilusão nos métodos rotineiros com os quais a burocracia sindical brasileira tradicionalmente manobra as greves. É preciso um programa de ação para expandir e radicalizar as lutas em oposição aos governos capitalistas. Limitares e ações judiciais podem ganhar tempo (como foi o caso com a anulação da aprovação do PCCS de Paes na justiça, já revogada). Mas não será através desses métodos que a greve vai triunfar. Em primeiro lugar, não podem continuar ocorrendo assembleias e protestos divididos dos educadores das redes municipal e estadual (ambos organizados pelo SEPE-RJ), ainda que reivindiquem ante instâncias diferentes. Do lado do inimigo, está clara a unidade dos governos Paes e Cabral para tentar derrotar os professores, ameaçando o corte de ponto, demissões e agredindo-os fisicamente.

Essa unidade dos governos também se expressa a um nível mais geral de projeto para a educação pública, defendido pelos respectivos secretários de educação de cada um (Costin e Risolia) e em sintonia com os ditames de órgãos como o Banco Mundial e o FMI. Contra tal unidade, é preciso garantir de imediato a **plena unificação das greves**, que também deve incluir os profissionais em



Ato unificado em defesa da greve da educação (07 de outubro de 2013): milhares nas ruas em solidariedade a trabalhadores e contra a repressão policial.

greve das escolas técnicas da rede FAETEC.

Embora tenham demandas diferentes, os trabalhadores devem pactuar uma unidade, para impedir que um dos setores se retire da greve e deixe o outro sozinho (como já aconteceu no meio dessa greve com a saída momentânea dos educadores municipais em setembro). Todas as manifestações e assembleias podem ser realizadas de forma conjunta. A única coisa que explica a continuidade dessa divisão parcial é o apego da direção do SEPE-RJ (composta majoritariamente por setores da esquerda do PSOL e também pelo PSTU) aos métodos recuados da burocracia sindical, que se tornaram rapidamente insuficientes diante da conjuntura intensa em que nos encontramos.

Além disso, há plenas condições políticas para impulsionar um amplo movimento de comitês de apoio à greve nas universidades (sobretudo entre os estudantes) e uma luta conjunta com outras categorias, como é o caso dos petroleiros que estão em uma greve nacional — greve essa que também extrapola questões salariais, se opondo à privatização do pré-sal (a venda do Campo de Libra).

Entendemos que a solidariedade de classe entre os proletários precisa ir além de moções e falas de apoio. Até agora tem se mostrado grande disposição e solidariedade por vários setores populares que vem aderindo aos protestos de rua convocados pela greve dos professores. Esse apoio precisa ganhar uma forma orgânica através de **comitês de ação com representantes eleitos pelas bases** que possam unir a luta dos profissionais da educação aos estudantes, petroleiros e demais movimentos sociais para coordenar um combate unido contra os patrões e os governos. Essa unidade é fundamental para garantir a derrota dos nossos inimigos e a conquista das demandas dos educadores, como um Plano de Carreira, Cargos e Salários digno, melhores condições de trabalho (como a construção de mais escolas pra reduzir a relação professor/aluno) e o questionamento os projetos educacionais baseados nos interesses dos patrões.

Nenhuma ilusão em Beltrame! Por autodefesas proletárias contra a repressão!

No dia 12 de outubro, no período de intervalo entre dois massivos protestos de rua, a liderança do SEPE-RJ publicou uma nota em sua página na internet reportando uma reunião com o comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro e informando que também se encontraria com o Secretário de Segurança do estado. Segundo a nota, os dirigentes do SEPE pediram para que tais indivíduos “intercedessem junto ao governador” para que ele negociasse com os grevistas:

“Em audiência com o secretário de estado de Segurança, José Mariano Beltrami, marcada para a segunda-feira (dia 14 de outubro), às 15h, a direção do Sepe irá reafirmar a solicitação

ao secretário para que ele também interceda junto ao governador Sérgio Cabral e ao prefeito Eduardo Paes para que as negociações entre estas autoridades e a categoria em torno das reivindicações dos educadores estaduais e municipais voltem a ser colocadas na mesa e, desta maneira, possamos chegar, de forma democrática, a uma solução para o atendimento dos itens constantes nas respectivas pautas de reivindicação.”

— **NOTA DO SEPE**, 12 de outubro de 2013

http://www.seperj.org.br/ver_noticia.php?cod_noticia=4819

Essa nota é sintomática dos instintos passivos dos líderes do SEPE-RJ nesse momento crítico. Tanto o comandante da PMERJ quanto Beltrame são **responsáveis diretos** pela violência contra os professores e pelas prisões e ataques contra os manifestantes. Eles são os chefes da polícia que torturou e matou Amarildo e nada disso é mencionado na nota! Ambos foram escolhidos a dedo por Cabral para cumprir seus planos assassinos. Apenas a intensificação da luta poderá forçar Paes e Cabral a aceitar as demandas da greve e é nisso que os profissionais da educação devem depositar suas energias. Essas “solicitações” absolutamente descabidas só servem para gerar ilusões.

Além disso, a ideia de que é possível “chegar de forma democrática a uma solução” em nada corresponde à situação real. Não existem “acordos de cavalheiros” entre opressores e oprimidos em questões importantes, como a atual luta tem demonstrado. Ou Cabral e Paes serão forçados pela luta dos educadores e de seus apoiadores a aceitar suas demandas, ou então irão esmagar-nos com sua repressão e ameaças.

Ao invés de perder tempo com esses pedidos inúteis para que os agentes de Cabral e Paes intercedam por nós, o que é urgente e necessário é estabelecer **autodefesas dos trabalhadores e da juventude**, para resistir com todos os meios acessíveis à truculência da polícia. Essas autodefesas devem ser controladas pelas assembleias de base dos educadores. Não pode haver espaço para ilusões pacifistas nesse momento. Uma moção pela formação da autodefesa chegou a ser aprovada em uma recente assembléia da rede municipal, mas se depender da direção, que sequer tem organizado um fundo de greve para o caso do corte de ponto ocorrer, certamente isso não passará de letra morta. A linha “pacifista” da direção do sindicato foi colocada de maneira clara na mesma nota do dia 12:

“A diretoria do sindicato deixou claro que o comportamento dos profissionais da educação que participarão do ato seguirá as tradições das manifestações organizadas pelo Sepe em mais de



Mesmo com a brutal repressão aos atos de rua dos educadores, a direção do SEPE depositou confiança em ninguém menos que o responsável geral pela PM [G1].

três décadas de atuação da entidade na defesa dos direitos dos profissionais das escolas públicas do Rio de Janeiro e da luta por uma educação pública de qualidade. Durante todos esses anos, sempre realizamos nossas atividades de forma pacífica, com músicas e palavras de ordem, de acordo com as maneiras que entendemos serem mais eficientes para garantir os direitos dos profissionais da educação das escolas públicas do Rio de Janeiro.”

“Músicas e palavras de ordem” são úteis, e talvez em muitas ocasiões ao longo dessas “mais de três décadas” tenham sido o máximo que era possível fazer contra a repressão. Mas essa não é a situação atual. Quando os professores estão sendo alvos dos policiais da burguesia em praticamente todos os seus protestos, semana após semana, e quando há disposição para resistir entre eles e seus apoiadores, existem outras formas de luta que precisam vir à tona. A direção do sindicato segue congelada nos anos de calmaria, acuada pela campanha de difamação e criminalização dos movimentos sociais promovida de forma raivosa pela mídia empresarial.

Aliás, a formação da autodefesa é a melhor forma de fazer também uma crítica produtiva aos Black Blocs, os jovens radicalizados que vem se enfrentando com a polícia nas manifestações. Uma autodefesa proletária mostraria a força que pode ter a ação de resistência disciplinada e coordenada da classe trabalhadora com a juventude, e seria muito superior às ações isoladas dos Black Blocs, feitas de forma improvisada e desvinculada do controle democrático da categoria e de uma estratégia proletária.

Um setor da direção do SEPE-RJ (notadamente o PSTU) faz críticas aos Black Blocs que colocam neles a culpa pela repressão policial, como se a polícia não tivesse também reprimido manifestações em que não havia Black Blocs. Rejeitamos esse tipo de “crítica” e reiteramos que os Black Blocs só tem se configurado enquanto a única forma minimamente organizada de resistência (e não é à toa angariado ampla simpatia entre os educadores)

porque o grosso das organizações da esquerda não tem movido uma palha nesse sentido. Apesar de defendermos os praticantes da tática Black Bloc contra a repressão policial, acreditamos ser urgente uma alternativa classista e submetida ao controle democrático das assembleias, na forma de comitês de autodefesa.

Pela libertação de todos os presos políticos!

O SEPE-RJ deve também encabeçar uma ampla campanha pela *libertação de todos os presos nas manifestações, e pela queda de todos os processos contra os lutadores. Ninguém fica para trás!* Junto com essa luta, é preciso apontar como norte a *dissolução de todos os órgãos de repressão e o fim das polícias!* Uma polícia que existe para matar o povo negro e pobre e para bater em trabalhador não merece existir, e nem sequer pode ser “reformada”, como alguns defendem através do slogan de “desmilitarização”.

Questionar o capitalismo e sua lógica de precarização

A greve inclui demandas relativamente avançadas, que vão além de exigências econômicas mínimas da categoria e incluem um questionamento do projeto de educação que vem sendo imposto nos últimos anos. Esse tom mais político da greve se expressa de forma mais clara na palavra de ordem “*Fora Cabral, vá com Paes!*”, inclusive incluída em adesivos do sindicato e estendida à Costin/Risolia. Alguns ativistas acreditam que fazer dessas palavras de ordem demandas concretas da greve atrapalha a luta, pois não seriam aceitas pelos governantes. Mas discutir e levantar demandas que vão além dos interesses básicos e imediatos dos profissionais da educação é algo fundamental, nem que seja enquanto um norte estratégico.

O motivo pelo qual Paes/Costin estão insistindo tão pesadamente na aprovação do seu ataque em forma de “plano de carreira”, por exemplo, é porque essa é uma medida central no processo de flexibilização das normas trabalhistas dos educadores e para manter e aprofundar a desigualdade absurda entre seus salários e condições de trabalho dependendo do seu regime de contratação. Essa lógica é intrínseca ao sistema capitalista em que vivemos, que precisa reduzir custos com os serviços públicos e dividir os trabalhadores para garantir a “eficiência” e a “ordem”. Cabral/Risolia, por sua vez, já fecharam dezenas de escolas públicas. Essas ações não são apenas “políticas de governo”, mas a própria lógica da precarização do ensino público para abrir cada vez mais espaço para a educação privada e para um projeto educacional mercadológico e “meritocrático”.

Por esse motivo, nossa luta não pode ser apenas contra Cabral e Paes (e seus asseclas do PT e do PCdoB), nossos inimigos mais imediatos. Tampouco devemos nos limitar a demandas econômicas mínimas. É importante também questionar abertamente todo o sistema que

está por trás desses ataques, levantando demandas que relacionem nossas necessidades mais sentidas com a luta contra a ordem burguesa. Se as demandas dos educadores que questionam abertamente o capitalismo serão ou não atendidas dependerá da conjuntura em que vivemos. O que podemos dizer com certeza é que não poderão ser realizadas pelos governos patronais como Cabral e Paes, e exigem o estabelecimento de um governo direto de trabalhadores sobre os escombros do atual regime.

A greve deve arrancar dos governos aquilo que a luta dos educadores for capaz de impor nesse momento, mas levantar demandas que preparem os trabalhadores da educação para suas tarefas históricas não “atrapalha” a luta. Pelo contrário, esclarece por quais metas devemos combater. Não devemos nos contentar com o mínimo e não devemos exigir apenas o mínimo, porque nesse caso conseguiremos praticamente nada.

É preciso lutar por **salário igual para trabalho igual** entre todos os educadores: chega de diferenciação por regime de contratação. **Nenhuma escola a mais pode ser fechada, nenhum educador pode ser demitido!** Se Cabral diz que não tem como manter as escolas, **que abra**

todas as contas públicas e veremos que o motivo é que o dinheiro dos impostos é usado para financiar seus aliados multimilionários, enquanto a educação pública perece. O mesmo vale para Paes com seu plano de precarização das condições de trabalho. Os educadores, funcionários e pais de alunos podem gerir o sistema educacional de forma muito melhor que esses senhores, e garantindo uma educação, salários e condições de trabalho dignas. Devemos lutar pelo **controle e administração das escolas por conselhos de educadores e pais de alunos, de forma independente dos governos**, pois apenas assim esses constantes e renovados ataques à educação pública cessarão.

Nós do **Reagrupamento Revolucionário**, munidos de um profundo sentimento de solidariedade pela luta em curso, temos buscado intervir nas manifestações chamando atenção para o programa e as medidas que pontuamos ao longo deste texto. Lutamos também pela construção de um partido revolucionário de trabalhadores, a ferramenta essencial para garantir uma mobilização do proletariado que, orientada pelo programa do marxismo, seja capaz de ir além das conquistas parciais e destruir de vez o capitalismo.



Um comentário sobre o fim da greve da educação no Rio de Janeiro

Leandro Torres, novembro de 2013

Há algumas semanas chegou ao fim umas das mais importantes greves que o Rio de Janeiro vivenciou nos últimos tempos. Importância essa tanto pelo caráter do movimento grevista em si, que em muitos sentidos extrapolou questões especificamente salariais e apresentou importantes questionamentos políticos, quanto pelo amplo apoio popular que recebeu – expresso de maneira efetiva em das grandes passeatas com mais de 50 mil pessoas cada, incluindo atos de solidariedade em São Paulo e deflagrações de greves análogas em outros estados e municípios. Os pormenores dessa greve nós analisamos e debatemos em nossa declaração de outubro, **“Por um programa de ação para derrotar os ataques de Paes e Cabral!”**. Cabem aqui algumas considerações sobre a forma como ela acabou e algumas outras questões.

Ao longo dos mais de dois meses de duração, ambas as greves das redes estadual e municipal vinham se enfraquecendo. Isso podia ser visto, por exemplo, nas assembleias que aprovaram o fim da greve. A da rede estadual contou com cerca de 300 educadores, em um universo de cerca de 85 mil. Já a da rede municipal contou com pouco mais de 2 mil, de um total de 40 mil educadores. Esses números não podem ser ignorados, principalmente no caso da rede municipal, que chegou a contar com assembleias de 20 mil educadores (metade da categoria em reunião) no começo da greve – números estonteantes para os padrões recentes do movimento sindical brasileiro. Por mais que expressem um desgaste da greve, esses

números estão longe de serem um fator determinante em compreender o potencial dessa greve (desperdiçado pelas ações da liderança do sindicato).

Desde o início, quando as assembleias ainda eram enormes, a liderança do SEPE, composta em sua maioria por diretores ligados ao PSOL (com destaque para a corrente Insurgência, antigos Enlace e CSOL) e ao PSTU, queria terminar o movimento com conquistas rebaixadas através de falas que enfatizavam os “riscos” da continuidade da greve. A base dos educadores, entretanto, se mostrou muito mais combativa do que seus atuais líderes, garantindo repetidas vezes a continuidade da greve através do voto nas assembleias. O esvaziamento das assembleias mais recentes não pode ser visto como algo “natural”, uma “prova” de que tinha chegado a hora de terminar a greve, mas sim como um reflexo do beco sem saída no qual a direção colocou a categoria. É fato, por exemplo, que a assembleia que encerrou a greve foi esvaziada porque muitos viram no acordo firmado pela direção em Brasília uma clara indicação de rendição por parte dos seus atuais líderes.

Portanto, ante tudo isso, a postura da direção do SEPE não pode se entendida como outra coisa senão uma grande traição. E corretamente foi assim compreendida por amplos setores da base, incluindo muitos que votaram pelo fim da greve. Tanto que nas últimas assembleias de ambas as redes, realizadas após o término da greve, foram *aprovadas* moções de repúdio ao acordo assinado



“Fora Cabral, vá com Paes!”: palavra de ordem que ecoou do início ao fim da greve, demonstrou a politização da categoria, mesmo com a postura recuada da direção do sindicato [fotospublicas.com].

pela direção com os ministros do STF! Essa traição foi demonstrada na tentativa de minar as forças da greve, sufocando-a ao não unificar as duas redes em um só comando de greve, ao não organizar um fundo de greve para resistir ao corte de ponto, e ao marcar em separado muitos atos e também assembleias. A isso pode-se acrescentar ainda as muitas ações denunciadas pela caravana de grevistas que foi à Brasília junto com os diretores para a reunião no STF, que apontam como que a direção do SEPE atuou no sentido de enfraquecer o movimento:

“A direção do SEPE Central não acatou a decisão em Assembleia do Estado da participação do Comando de Greve na mesa de negociação do STF. Além disso, a categoria não pôde decidir sobre quais diretores participariam da reunião, tendo sido informada apenas após a chegada em Brasília. O roteiro colocado pela direção sequer incluiu o STF no ato realizado em Brasília, ficando essa mesma direção, a todo o tempo, preocupada em deixar a categoria distante fisicamente do local da reunião. A organização dos ônibus foi feita de tal forma, que boa [parte] deles foram vazios mesmo tendo pessoas querendo ir. Os ônibus foram alugados, inclusive, para saírem de Brasília antes do término da audiência no Supremo [Tribunal Federal]! Isto impossibilitou que a categoria, que enfrentou cerca de quarenta horas de viagem e arcou com todas despesas de alimentação, pudesse receber os informes imediatamente ao término da audiência. Por fim, a negociação realizada levou em conta apenas as punições arbitradas pelos executivos estadual e municipal e não a pauta das duas redes.”

— Transcrição do panfleto distribuído na assembleia do dia 24 de outubro, disponível em <http://goo.gl/do9piO>.

O acordo firmado em Brasília foi a consumação dessa postura traidora. Mesmo com a “desculpa” que tal acordo seria *posteriormente* submetido às assembleias, a direção tê-lo assinado implicou compactuar com uma

covarde chantagem: ou a categoria aceitava a proposta e encerrava a greve, ou seria considerada responsável por demissões, processos administrativos e multas milionárias ao sindicato (com os quais os governos ameaçavam caso o acordo não fosse aceito)! Aceitando os termos do governo, incluindo o parco reajuste salarial oferecido e a promessa da criação de Grupos de Trabalho para “avaliarem” (num futuro incerto) as demais demandas da greve, a categoria dos profissionais de educação teria “assegurada” a “conquista” de não ter seu sindicato destruído por multas milionárias e grevistas demitidos ilegalmente. Em troca de aceitar toda a pauta dos governos municipal e estadual, e cedendo vergonhosamente às ameaças ratificadas pelo ministro do STF, a direção da categoria se comprometia a encerrar a greve na assembleia seguinte, sem absolutamente nenhuma demanda concretizada (e inclusive aceitando a imposição da reposição de todas as horas paradas durante a greve).

Além disso, o acordo assinado pela direção contém, em seu preâmbulo, uma aula de ideologia burguesa da pior espécie, repetindo a ladainha de que a greve prejudica os estudantes “(...) *porquanto a controvérsia quanto aos direitos pretendidos pelas partes propicia um ambiente de incerteza e insegurança de negativa repercussão social aos alunos da rede estadual de ensino, a reclamar uma eficaz e rápida resolução pelo Poder Judiciário*”. No parágrafo seguinte, afirma que há uma possibilidade de acordo capaz de beneficiar ambos os trabalhadores e o governo: “*Há uma nítida zona de acordo possível (zone of possible agreement) capaz de beneficiar ambas as partes, o que permite a deflagração do processo de mediação*”. Essa é mais uma típica manobra do judiciário para criar uma aparência de que “todo mundo sai ganhando” enquanto na verdade favorece os governos à custa dos trabalhadores. Embaixo dessas frases espúrias, encontram-se as rubricas dos dirigentes do SEPE! Os termos do acordo estão disponíveis em <http://goo.gl/dzkNIu>.

Se não fosse o desserviço prestado desde o início pela direção do SEPE, muito provavelmente a greve poderia ter passado por cima das manobras do STF e continuado de forma combativa e mobilizada, com a rede estadual (e a FAETEC) se fortalecendo a partir da grande mobilização da rede municipal, e ambas se fortalecendo a partir do amplo apoio popular que vinham recebendo nas ruas. Diferente do que defenderam os burocratas à frente do SEPE, havia *sim* condições para se arrancar vitórias *verdadeiras* e seguir a luta por um projeto de educação radicalmente distinto daquele imposto por Costin e Risolia a mando dos interesses do grande capital.

Se a categoria, ainda que por uma margem de votos muito apertada, decidiu por terminar a greve, não foi tanto por falta de vontade ou disposição de luta, mas pela falta de expectativa diante da postura destrutiva da direção do SEPE tomada desde o início da greve, responsável por dividir a categoria e semear esperanças de conciliação com os governos – ao que ainda se somou a arapuca armada em Brasília e da qual essa direção foi cúmplice, por ter aceitado

todo o jogo de cena e as ameaças do alto mandatário da justiça dos patrões. Aqui cabe um parêntese. Ao fim da greve, o PSTU, setor minoritário da direção do SEPE, buscou se desvencilhar do setor majoritário, composto pelo PSOL, diante do acordo tão claramente espúrio e nocivo firmado pelo SEPE em Brasília. Conforme comentado em seu balanço:

“O SEPE tem muitos problemas sim. Os diretores do SEPE que são militantes do PSTU, apesar de serem muito reconhecidos pela categoria, não foram parte da chapa que venceu as últimas eleições proporcionais. Os companheiros do PSOL que dirigem o sindicato conhecem muito bem nossas críticas e diferenças, porque elas são públicas.”
— *Uma greve que entrou para a história*, Opinião Socialista #471

Entretanto, ao longo da greve não se viu nenhuma crítica pública do PSTU ao setor majoritário da direção do SEPE, fosse nas páginas do *Opinião Socialista* ou nas assembleias e atos da categoria. Claramente o PSTU não é nenhum tipo de “oposição” à direção majoritária do SEPE, mas sim um colaborador dela. Nem mesmo nesse próprio artigo de “balanço” o PSTU criticou a direção pelo acordo com o STF, pois apesar de reconhecer que ele foi “ruim”, afirma que foi resultado do “enfraquecimento da greve” e da pouca “adesão da categoria” ao fim da luta (como se isso não tivesse nenhuma relação com as ações traidoras da direção, que são “esquecidas” pelo artigo). Conforme muitos educadores combativos comentaram ao longo dos meses de paralisação, nunca se viu a direção do sindicato tão unificada! Unificação essa firmada não no sentido de fortalecer o movimento, mas de pôr rédeas nele e torná-lo mais fácil de ser manobrado, para permitir um acordo rápido com os governos e cantar uma “vitória histórica” – mesmo que baseada em nenhuma conquista concreta.

Portanto, repudiamos de forma veemente o papel de vítima que o PSTU tentou tomar para si após as últimas assembleias, nas quais foi hostilizado, junto com resto da direção do sindicato, por cartazes, faixas e palavras de ordem de setores mais combativos da categoria (veja-se, por exemplo, a nota do dia 25 de outubro <http://www.pstu.org.br/node/20109>). Esse partido, junto com o PSOL, tem sim uma responsabilidade direta pela derrota da greve – que hipocritamente tenta também apresentar como “vitória histórica”.

Entretanto, não podemos deixar de repudiar também a postura assumida por alguns setores que atuam na categoria (alguns dos quais se reivindicam como anarquistas), de igualar a direção à entidade e defender a dissolução do sindicato. E, ainda pior, a postura de alguns militantes de endossarem e comemorarem o ataque realizado por um hacker ao site do SEPE (ataque esse que sequer sabe-se se foi um ato irresponsável de algum militante da esquerda ou uma provocação de nossos inimigos de classe!).


Por mais que sindicatos não sejam necessariamente



No dia da votação do Plano de Carreira na Câmara Municipal, o centro do Rio de Janeiro foi sitiado por um massivo aparato de repressão [Terra Notícias].

um instrumento suficiente para que a classe trabalhadora tome em suas mãos o controle da sociedade, eles cumprem sim um papel importante de aglutinação e espaço de experiência política para os trabalhadores, tendo servido como instrumentos muito avançados em algumas ocasiões históricas. Igualar o instrumento à sua direção traidora é uma cegueira sectária que ignora o atual nível de consciência da maior parte dos trabalhadores. E pior ainda é comemorar ataques a esse instrumento, que deveriam ser empregados contra nossos *inimigos de classe*, e não contra os *adversários políticos* nas fileiras do proletariado. Principalmente se levarmos em conta que a classe dominante recentemente tentou caçar o registro sindical do SEPE (e o conseguiram por um breve momento) e já criaram até um “substituto” chapa-branca e fantasma, a “UPPE” (sugestivamente semelhante à sigla UPP).

Muitas lições podem e devem ser tiradas dessa greve, tais como a necessidade da classe trabalhadora confiar apenas nas suas próprias forças, e não na justiça dos patrões (responsável pelo “acordo”/chantagem) ou no parlamento (que aprovou a contra-reforma do PCCS de Paes/Costin); a necessidade das lutas irem além do corporativismo tacanho e se liguem a causas mais amplas; a compreensão do papel da PM e das demais forças policiais, como a Guarda Municipal e a Polícia Civil, que sitiou a cidade para que os lacaios de Paes aprovassem o PCCS e que atacou e prendeu tantos lutadores nesses últimos meses; a necessidade dos trabalhadores organizarem comitês de autodefesas para resistir aos cães da burguesia e proteger suas mobilizações de rua; e, principalmente, a experiência feita com o oportunismo dos setores que compõem a direção do SEPE, em especial o PSOL e o PSTU.

Para cristalizar essas lições e levá-las adiante, acreditamos ser necessária a formação entre os educadores e demais trabalhadores de uma corrente revolucionária combativa. Orientado pelo programa marxista anticapitalista, tal corrente deve se opor de forma firme ao oportunismo de uns e ao sectarismo de outros. A greve pode ter acabado, mas a luta deve seguir – nas ruas e no Congresso do SEPE: contra o PCCS de Paes/Costin, pela liberdade e anistia de processos dos presos políticos que atuaram ombro a ombro com os educadores e por uma educação radicalmente diferente, que esteja a serviço dos interesses da classe trabalhadora. Não tem arrego! 

Oportunismo e confusão cristalizada

O golpe militar no Egito e a posição escandalosa do PSTU / LIT

Por Rodolfo Kaleb, outubro de 2013

As posições tomadas pela Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT) e pelo seu partido principal, o PSTU brasileiro, diante dos últimos acontecimentos da luta de classes no Egito são marcadas por incoerências e graves desvios em relação ao marxismo – indo de posições politicamente oportunistas até a negação de fatos concretos. O que não tem sido inconsistente, entretanto, é o oportunismo característico das correntes morenistas ao longo de sua história em cada canto do mundo – desde encarar policiais brasileiros como trabalhadores até semear ilusões no exército burguês egípcio, pode-se facilmente ver muitos paralelos entre aquelas políticas do PSTU praticadas em casa com as que propõe internacionalmente.

Os eventos no Egito são de conhecimento geral e estamparam todos os noticiários, de forma que não precisamos nos alongar sobre seus detalhes. A queda de Mubarak e a eleição de Mohamed Morsi, candidato da Irmandade Muçulmana, em junho de 2012 não foram fruto da destruição do regime ditatorial anterior, mas de uma transição controlada cuja intenção era acalmar as massas, que não alterou os pilares que sustentaram por tanto tempo a ditadura. Isso explica em parte a insatisfação crescente com o governo de Morsi, pois ele não foi capaz de corresponder a diversos anseios que mobilizaram aqueles que lutaram pela queda do regime que o precedeu. A isso se somou ainda a sua própria política, marcada por contínuos ataques à classe trabalhadora, pela corrosão dos salários por uma galopante inflação, pela repressão a opositores políticos e por tentativas de implementação da Sharia (conjunto de leis derivadas de interpretações do Islã). A crescente insatisfação levou dezenas de milhões às ruas em protesto, inclusive com a deflagração de diversas greves operárias ao longo de todo o seu governo.

Frente à incapacidade do governo da Irmandade Muçulmana em manter a ordem burguesa no país, e para evitar que ele pudesse ser retirado do poder pelas massas egípcias, a cúpula do Exército (que não foi removida do comando em 2012 e havia concordado a contragosto com um governo civil) derrubou Morsi através de um golpe. Assim, as lideranças do aparato repressivo do Estado deram fim à breve (e limitada) experiência democrático-burguesa. Algumas semanas depois do golpe essas lideranças iniciaram uma brutal repressão policial contra militantes de várias organizações opositoras, sobretudo o partido do ex-presidente, assassinando centenas e prendendo tantos outros.

Mas essa interpretação aparentemente óbvia do ocorrido não foi unanimidade dentro da esquerda. O motivo foi que uma grande confusão se produziu entre alguns partidos e organizações pelo fato da ação do Exército ter

recebido amplo apoio popular em um primeiro momento, com as massas que haviam tomado as ruas tendo não só chamado por uma intervenção militar, mas comemorado o atendimento de seu chamado. Vejamos como a LIT/PSTU analisou cada momento desse processo.

Antes de tudo, o PSTU encarou a queda de Morsi pelas mãos da cúpula do Exército como uma grande “vitória”. O título de um de seus primeiros artigos após a destituição proclamou: *“Morsi caiu! Grande vitória da mobilização do povo egípcio!”*. Aqui está a primeira grande confusão propagada pelo PSTU:

“Estamos diante de uma imensa vitória das massas, que a entendem e a festejam como tal nas ruas e praças de todo o país.”

“É uma vitória porque o elemento determinante da derrota de Morsi foi a colossal mobilização das massas. Com este fato, o regime militar, embora não destruído, sai claramente debilitado, à medida que os militares viram-se obrigados a sacrificar outro governo servil a seus interesses, primeiro o de Mubarak e agora o de Morsi...”

— **“Morsi caiu! Grande vitória da mobilização do povo egípcio!”**, 4 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/node/19547>

Nessa declaração o PSTU faz parecer que a derrubada de Morsi foi uma ação dos trabalhadores, ou melhor, das “massas”. Essas “massas”, para as quais o PSTU não fornece nenhuma caracterização de classe, de programa político e de liderança, teriam debilitado o Exército, supostamente enfraquecido pela troca de governo.

Enquanto a manifestação do dia 3 de julho (uma das maiores da história e que carecia precisamente de consciência de classe entre os trabalhadores) foi de fato uma poderosa demonstração de força que colocou os militares em um impasse, a substituição de governo que estes realizaram (a “queda de Morsi”) não poderia ter sido classificada enquanto nenhum tipo de “vitória”. Foi fruto de uma jogada dos militares, como o PSTU não pôde negar. Mas afinal, que conquista ou garantia tal manobra trouxe para os trabalhadores egípcios? O PSTU separa a “queda de Morsi” (que seria uma “vitória”) das forças que de fato o substituíram – a cúpula dos generais do Exército burguês, que se antecipou para evitar uma saída que pudesse colocar em risco as estruturas do Estado. Não apresenta, assim, nenhum elemento concreto que confirme que o golpe militar trouxe benefícios para os trabalhadores e oprimidos em geral.

O próprio PSTU reconheceu, principalmente

quando começou a repressão, o quão desastrosa para os trabalhadores havia sido a manobra bem sucedida do Exército:

“Ao jogar esta cartada, puderam se apresentar e ser vistos por amplos setores de massas como ‘amigos’ e ‘guardiões’ das aspirações do povo.”

...

“Infelizmente, conseguiram usurpar a vitória das massas, para manter o controle do processo posterior a Morsi e poder arbitrar a conformação do novo governo. Pela falta de uma direção revolucionária com peso de massas, o povo terminou confiando na saída que o Exército ofereceu para aplacar a mobilização popular.”

— **“Egito: Nenhuma confiança no novo governo fantoche dos militares e do imperialismo!”**, 26 de julho de 2013. Disponível em:

http://www.litci.org/pt/index.php?option=com_content&view=article&id=3643

“O Exército, apoiando-se no grande prestígio obtido com a população, por haver derrotado Morsi, e no ódio desta contra a Irmandade Muçulmana, começou a desatar uma repressão desenfreada e completamente desproporcional contra os militantes da Irmandade.”

— **“Os militares não atacam só a reacionária Irmandade Muçulmana, mas todo o povo”**, 20 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/node/19932>

Nessas outras declarações, produzidas bem depois do golpe, o PSTU já reconhece de forma mais clara que Morsi foi derrubado não pelas massas, mas sim pelos dirigentes do Exército, e que estes agiram com o intuito de formar um novo governo que desse conta de melhor reprimir as mobilizações, “usurpando” assim o suposto protagonismo popular na derrubada de Morsi, mas contando com a confiança e apoio inicial das massas.

Iludido por esse apoio popular, o PSTU disse desde o início (e insiste até hoje) que se tratou de uma “vitória”. Diferentemente, marxistas devem buscar entender os motivos que levaram as massas a confiarem na cúpula do Exército burguês, dando passagem para que esta assumisse o poder e reprimisse as mobilizações. No lugar de reproduzir as ilusões populares, devemos ter clareza de que o banho de sangue ocorrido no Egito foi fruto da ausência de um partido operário revolucionário, que pudesse se colocar enquanto uma alternativa para a classe trabalhadora e as massas oprimidas e liderá-las no caminho de destruição do Estado burguês – ao invés do caminho da confiança naqueles que são justamente os maiores protetores desse Estado e do sistema capitalista no qual ele se assenta e o qual ajuda a reproduzir.

Assim, a pergunta fundamental que deve ser feita é: a queda de Morsi foi uma vitória das massas

que enfraqueceu o Exército e o Estado burguês, ou uma manobra do Exército para “desatar a repressão” e preservar tal Estado? Para o PSTU foram as duas coisas ao mesmo tempo, algo impossível na prática. A repressão “desproporcional” (haveria uma repressão “proporcional” que se justificasse?) foi a única “conquista” da “vitória” aclamada pelo PSTU. Justamente porque o facínora Morsi foi derrubado pelos seus padrinhos militares, que queriam uma repressão mais aberta, nada além disso poderia ter sido esperado. Era necessário ter alertado as massas egípcias do perigo mortal que as esperava, e chama-las a organizar uma resistência proletária baseada em autodefesas e greves, capaz de garantir a integridade de suas forças.

O PSTU fez o canto da sereia. Antes de a violência começar de forma desenfreada, disse que os militares destituírem seu fantoche era uma “concessão democrática” do Exército e não uma maneira de acentuar a repressão:

“Um dos fatores, o mais imediato, é que, como se sabe, frente às grandes mobilizações que derrubaram Mubarak e Morsi, em vez de reprimir e orquestrar um banho de sangue, como se espera de um regime militar contrarrevolucionário, os militares se viram obrigados a se reacomodar e a fazer concessões democráticas, ao ponto de destituir seus dois últimos governos.”

— **“Egito: Nenhuma confiança no novo governo fantoche dos militares e do imperialismo!”**, 26 de julho de 2013.

Aliás, fez pior: afirmou, no mesmo texto, que o Exército da burguesia estaria satisfazendo as aspirações populares:

“Quando os militares, frente à mobilização das massas, deram um ultimato a Morsi e lhe anunciaram que se em 48 horas não cumprisse com as reivindicações do povo iriam derrubá-lo, a posição dos revolucionários e sua localização não podia mudar, porque o ‘golpe’ dos militares não significava um retrocesso, como seria se envolvesse a mudança de um regime democrático-burguês para uma ditadura. Nesse caso, tratava-se de um ‘golpe’ nos marcos do mesmo regime militar e ainda que o Exército estivesse derrubando o governo pela força, estava satisfazendo a principal reivindicação do movimento de massas naquele momento: derrubar Morsi.”

Na cabeça dos dirigentes do PSTU, não importa a maneira como é derrubado um governo, desde que tenha apoio popular (mesmo que apenas inicial) essa derrubada seria progressiva e boa. Confunde completamente uma derrubada progressista de Morsi com uma queda arquitetada pelo Exército burguês para atacar todos os setores em luta. Na lógica objetivista segundo a qual a queda de Morsi (seja qual for a sua dinâmica e seus sujeitos) é necessariamente uma vitória, o PSTU confundeu *revolução* com *reação*.



Mesmo após a brutal repressão desencadeada contra os partidários de Morsi, o PSTU não fez um balanço sério de sua posição [bare-nakedislam.com]

Ele deixou nua essa lógica ao tentar “explicar” a sua contradição:

“Para a LIT-CI, como temos afirmado em outras declarações, este é verdadeiro **conteúdo** dos fatos e do processo como um todo. É muito importante ter isto em mente, pois é natural que existam dúvidas e confusões, sobretudo a partir da **forma** como ocorreu a deposição final de Morsi: **um golpe do Exército**.” (ênfases no original).

“A intervenção militar que, no meio das mobilizações, concretizou a destituição de Morsi, embora seja a contradição e não a essência do processo, não é um elemento de menor importância, pois a partir dele se instalou um novo governo no Egito. E, consequentemente, entrou em ação todo um novo plano político, orquestrado pelos militares, que mantém o mesmo objetivo das classes dominantes e do imperialismo desde a queda de Mubarak: derrotar a revolução.”

“Mas o fato primeiro e mais importante é que, *independentemente da forma*, a queda de Morsi (como a de Mubarak) é uma enorme vitória revolucionária das massas egípcias, que com sua ação enfraquecem os militares e também o imperialismo norte-americano, que sustenta esse regime há mais de 30 anos.” (ênfase nossa).

Em outras palavras, apesar de ter sido “orquestrado pelos militares” para “derrotar a revolução”, essa queda de Morsi foi (pasmem!) uma “enorme vitória revolucionária” que “enfraquece os militares e o imperialismo”. Seria difícil ser mais confuso. O cerne aqui é que para o PSTU, toda a dinâmica concreta da queda do ex-presidente da Irmandade Muçulmana não faz parte da “essência”. Seria um fator secundário, já que a “essência” (por quais motivos?) foi de uma “vitória”, “independentemente da forma” que tenha tomado.

Essa lógica não é nova. É a mesma que os dirigentes

morenistas adotaram na Líbia em 2011, quando um Exército rebelde (dirigido pela burguesia, apoiado e armado pelo imperialismo) derrubou o ditador Kadafi. Foi uma “vitória”, independentemente do fato concreto de que foi comandada e dirigida pelos imperialistas. Isso não é marxismo, e sim um “otimismo” estúpido e objetivista que ignora a realidade para saudar a queda de um governo burguês qualquer que tenha sido a dinâmica do processo. Se o PSTU estivesse no Egito, só teria servido para confundir os trabalhadores, ao dizer que uma “vitória” havia conquistado uma “concessão democrática” do Exército, e que este estava satisfazendo uma demanda do povo. Em poucos dias as massas egípcias pagariam de forma amarga por tais ilusões açucaradas.

No decorrer da repressão do Exército, o PSTU desenvolveu outra posição que faz arrepiar os cabelos. Depois de misturar os interesses do Exército com os interesses da classe trabalhadora na “queda de Morsi”, também cumpriu o papel de legitimar a repressão contra a Irmandade Muçulmana. Que a Irmandade Muçulmana é uma organização reacionária em praticamente todos os sentidos é inquestionável, assim como também é inquestionável que os revolucionários devem rechaçar todo e qualquer interesse desse partido em fazer voltar o governo de Morsi. O golpe deve ser combatido com um programa proletário, que aponte a necessidade de um governo direto dos trabalhadores para acabar com a exploração e a opressão da burguesia. Mas os revolucionários tem um interesse ativo em impedir os ataques do Exército burguês contra as manifestações de rua e outras lutas, inclusive as da Irmandade Muçulmana, pois uma vez que a repressão contra tal organização seja legitimada pelas massas, cria-se legitimidade para que ela seja aplicada a um leque cada vez maior de grupos opositores – incluindo possíveis revolucionários. O PSTU diz concordar com isso:

“No entanto, o fato de que estejamos contra as manifestações da Irmandade Muçulmana, não significa que vamos respaldar qualquer medida repressiva do Exército ou da polícia, pois suas medidas obedecem aos interesses de seus comandantes e não há porque confiar neles.”

— “**Os militares não atacam só a reacionária Irmandade Muçulmana, mas todo o povo**”, 20 de agosto de 2013.

Mas logo em seguida se contradiz. Sem nunca explicar como tamanha repressão pôde ter sido uma consequência direta da “vitória” que proclamou, o PSTU é *contra* defender ativamente os direitos de manifestação e expressão da Irmandade contra o terror policial. Deixa claro que acha positiva a repressão de direitos da Irmandade Muçulmana, mesmo sabendo que essa repressão é feita pelas mãos do Exército:

“Enquanto a Irmandade continuar chamando seus

partidários a sair às ruas para retomar o poder, isto é, a ir na contramão da ação da ampla maioria do povo e da conquista que representa ter derrubado Morsi, não estamos a favor de defender seus direitos de expressão nem de manifestação.”

— *Idem*.

Para defender a “conquista” que teria sido a derrubada de Morsi pelos militares, que afinal teriam cumprido a “vontade do povo”, o PSTU é levado a apoiar pelo menos algumas das medidas repressivas do Exército contra a Irmandade. Longe de qualquer simpatia política pelos reacionários islâmicos e mantendo um combate político contra eles, os revolucionários defendem as organizações e partidos reprimidos pelo governo militar, inclusive seu direito de manifestação e expressão. Fazer isso não implica apoiar a volta de Morsi e nem o programa político da Irmandade Muçulmana, mas simplesmente se colocar, de fato, em oposição à reação militarista – e deixar claro que, se alguma força deve derrotar os reacionários fundamentalistas da Irmandade Muçulmana, esta é o proletariado organizado em torno de um programa revolucionário.

Em suma, o PSTU não defende consistentemente sequer os direitos democráticos e cria ilusões no Exército ao fazer confusão entre seus interesses em derrubar Morsi e os interesses dos trabalhadores. Essas posições não estão desassociadas de uma política de colaboração de classes. Exatamente um dia antes da queda de Morsi, o PSTU chamava para que todos que fossem contra o presidente se unissem em sua derrubada, inclusive setores da burguesia (como o movimento do liberal burguês de El Baradei):

“No marco deste combate contra um regime bonapartista, é necessário aplicar uma política de ampla unidade de ação contra o regime militar e seus governos. Esta unidade de ação, realizada a partir da mais completa independência política do movimento operário e das organizações revolucionárias, deve incluir a todos os setores democráticos e opostos ao regime militar, desde as organizações e frentes de luta jovens como Tamarod, até os partidos patronais e a Frente Nacional de Salvação de El Baradei e Amr Musa.”

—“**Milhões tomam as ruas no Egito**”, 2 de julho de 2013. Disponível em:

<http://www.pstu.org.br/node/19541>

Ao defender a derrubada de Morsi em conjunto com os partidos patronais, o PSTU propunha um processo que não poderia jamais significar uma vitória contra o capitalismo e o imperialismo. Ela tinha plena consciência disso, de que seria uma “vitória” somente no seu esquema de “revolução democrática”.

Como explicamos em outros materiais [1] a estratégia morenista de “revolução democrática” pressupõe que a revolução socialista é necessariamente precedida por

uma revolução “inconscientemente socialista” liderada por setores não-revolucionários e sem o protagonismo da classe proletária. Ao encarar que a mudança de regime deve se dar na forma de uma “revolução democrática”, que se transformaria quase que magicamente em socialista, os morenistas se colocam em um campo político muito distante daquele do trotskismo e da estratégia da revolução permanente, constituindo-se enquanto um obstáculo à necessidade da revolução proletária para esmagar o Estado burguês.

Pode-se ver que não interessava para o PSTU (como ainda não interessa hoje) uma estratégia clara de independência da classe trabalhadora, precisamente porque nunca lhe preocupa quem dirige a derrubada do governo, ou com qual política. Isso seria sempre um fator secundário, que não está na “essência” do processo. O PSTU pautava a luta comum e a colaboração de todos que se opusessem ao regime e, portanto, uma “estratégia” de colaboração de classe com setores burgueses. Esse objetivo sujo foi alcançado, de certa forma, quando o PSTU defendeu a mesma “unidade” com o próprio Exército na derrubada do presidente da Irmandade Muçulmana. Os resultados sanguinários dessa “vitória” estão diante dos nossos olhos. Mesmo agora, os morenistas da LIT criam ilusões em um futuro governo de Assembleia Constituinte, ou seja, um governo da burguesia, ao levantarem a demanda de “*Eleições imediatas para a Assembleia Constituinte livre e soberana, sem participação de militares e da Irmandade, para assumir o poder!*”.

OPSTU exclui do governo a Irmandade Muçulmana e os militares, mas não a burguesia enquanto classe, e pede que ele “assuma o poder”. Em outros momentos, é claro, fala que só um governo proletário resolveria a situação dos trabalhadores, que só um partido revolucionário pode defender tais interesses, etc. Mas tais afirmações são pura maquiagem para dar um tom “de esquerda” à política fundamentalmente democrático-burguesa que essa corrente levanta na prática. Fala do socialismo e da revolução proletária como fins sem nenhuma relação concreta com a sua política imediata, que é de unidade com a burguesia para derrubar o governo do momento, para poder falar de “vitória revolucionária” enquanto outro governo burguês se constitui e os trabalhadores seguem sofrendo ataques. Para os trabalhadores egípcios, a política da LIT/PSTU é um beco sem saída.

NOTAS

[1] Para a compreensão da estratégia morenista de “revolução democrática”, confira: *A Frente de Belém (PSOL-PSTU-PCdoB) na Lógica do Morenismo* (agosto de 2012) e *O Morenismo e a Posição da CST na Síria* (outubro de 2012). Disponíveis em:

http://regroupment.org/main/page_pstupsol_portugus.html

http://regroupment.org/main/page_cst_syria_portugus.html



Da experiência com o Estalinismo à escolha pelo Trotskismo

Pedro Abreu, novembro de 2013

Minha trajetória política no movimento estudantil não é das mais usuais. Iniciei a minha militância no final de 2010, me aproximando do stalinista Partido Comunista Revolucionário (PCR), do qual permaneci próximo, em sua periferia política. Ajudei inclusive a construir sua frente estudantil na UFRJ, o *Movimento Correnteza*, e participei do seu bloco no Congresso Nacional de Entidades de Base da UNE (CONEB) em 2011, com a tese “Rebele-se na UNE”. Apesar dessa proximidade, nunca ingressei formalmente nas fileiras desse partido, apesar de ter participado por um tempo de uma série de reuniões internas da sua juventude, a União da Juventude Rebelião (UJR). Por dois anos militei ao redor desse grupo, até que o meu amadurecimento político me obrigou a um distanciamento.

Apoiando os mentirosos da burguesia nas eleições...

Hoje, já distante do grupo, posso analisar com calma suas traições ao marxismo-leninismo. Este ano, por exemplo, tivemos mais um congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) e o PCR, um dos principais componentes da Oposição de Esquerda da entidade, voltou a falar em suas publicações da crescente insatisfação dos jovens com a direção majoritária (composta por grupos aliados do governo e liderados pela UJS/PCdoB) e a busca pelo novo, claramente apresentando a si próprio como uma alternativa aos governistas.

O PCR tenta convencer a juventude brasileira de que a UNE passará por uma mudança qualitativa se esse partido obter a maioria da sua direção. Porém, por trás de todas as palavras de ordem combativas, e de uma fachada revolucionária, esse partido apoia eleitoralmente muitos dos mesmos governantes que o PCdoB apoia. Exemplos disso não são difíceis de encontrar: basta voltarmos à última eleição presidencial, em 2010, quando o PCR apoiou a candidatura de Dilma Rousseff afirmando em um panfleto distribuído nas ruas pelos seus militantes que “o voto em Dilma é o voto contra a direita”. Mais escandaloso foi o chamado: “Vote em quem luta com os trabalhadores. Vote Dilma 13!” [1]

Qualquer dirigente do PCR falará ainda hoje que esse apoio se justifica para impedir a oposição de direita de retornar ao poder, mas claro: omitem o fato de que apoiar a candidatura do PT era apoiar todos os partidos que estavam naquela coligação, entre eles o PMDB de Sarney, o PP de Maluf, o PR de Crivella, entre outros partidos reacionários, que incluíam em suas legendas desde filhotes da Ditadura Militar até líderes religiosos, passando também por caudilhos remanescentes do coronelismo. Também se deve lembrar que, ao se fazer essa dicotomia de “apoiar a

esquerda para impedir o retorno da direita”, esquece-se do caráter de classe das candidaturas, o que leva a juventude e a classe trabalhadora à conclusão errada de que pode existir algum setor burguês “de esquerda” ou “progressista”. E como os companheiros do PCR adoram se declarar marxistas-leninistas, gostaria de apresentar uma citação de Lenin sobre qual deve ser a posição dos revolucionários sobre as coalizões e partidos burgueses:

“Nós falamos e nós provamos que todos os partidos burgueses, todos os partidos salvo o Partido Revolucionário da classe trabalhadora, são mentirosos e hipócritas quando falam de reformas. Nós tentamos ajudar o proletariado a ganhar até a menor melhoria concreta possível (econômica ou política) para a sua situação material, sempre pontuando que nenhuma reforma pode ser durável, sincera ou séria se não for apoiada nos métodos revolucionários da luta de massa...” (minha ênfase) [2]

Mas ao invés de se apoiar nos “métodos revolucionários da luta de massa”, o PCR insiste em escolher dentre os “mentirosos e hipócritas” da burguesia na esperança de que isso irá frear a reação da direita ou possibilitar reformas.

Voltando à afirmação do PCR: será que é verdade que Dilma “luta com os trabalhadores”? Ano passado, durante as greves das universidades federais, longe de lutar com os trabalhadores, o governo do PT fez todo o possível para destruir a greve, ameaçando cortar ponto dos grevistas e se recusando a negociar com o movimento até o último momento. Se pensarmos no levante de massas que vimos em junho e julho desse ano, o que fez o governo do PT para atender às demandas da classe trabalhadora? Nada além de promessas vazias de reforma política, que mais serviram para tentar desviar o foco da população das ruas para a via parlamentar. Além disso, a direção nacional do PT reforçou o seu apoio a Sérgio Cabral, governador do Rio de Janeiro e responsável por mais de 37 mil remoções de famílias trabalhadoras.

Através do estudo, compreendi que um dos pontos essenciais do legado do trotskismo era o seu combate às alianças e apoios do estalinismo com relação à burguesia, desde as chamadas “frentes populares” nos anos trinta até hoje.

... e também na Universidade

Longe de ser um caso isolado, essa política de adequação se mostra rotineira na política do PCR. Ainda

na periferia política desse grupo, experimentei isso pessoalmente pela primeira vez em 2011, nas eleições para Reitor da UFRJ, quando, sem em nenhum momento consultá-la suabase, o *Movimento Correnteza* declarou apoio à candidatura pró-governo de Carlos Antônio Levi, apoiada também pelo antigo reitor, Aloísio Teixeira (responsável pela aplicação do REUNI na UFRJ).

O raciocínio desse apoio era evitar a eleição de uma chapa associada à oposição de direita. O PCR sabia desde aquele momento que Levi continuaria com o programa de conciliação com o Governo Federal e suas medidas privatizantes da Universidade e, uma vez eleito, o novo reitor fez de tudo para cumprir esse papel, com destaque especial para a tentativa de privatização do Hospital Universitário através da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Mesmo após esse e outros casos onde essa reitoria foi contra os interesses dos estudantes e da juventude trabalhadora, o *Movimento Correnteza* nunca voltou atrás publicamente no seu apoio a ela.

Uma mudança qualitativa da UNE só seria possível com uma mudança similar na consciência dos estudantes e para isso é necessária uma liderança revolucionária, que seja capaz de mobilizar a juventude com um programa capaz de derrotar o capitalismo. Longe disso, o PCR representa uma liderança que, apesar de um discurso de esquerda, invariavelmente capitula ao “menor dos males”

que aparece dentro do parlamento burguês. Uma liderança que, ao invés de acreditar na força da sua base, se limita ao vê-la como forma de alcançar novos cargos de direção. Aos tantos companheiros honestos que hoje lutam para fazer valer o programa da Tese “Rebele-se”, faço o seguinte questionamento: vale a pena sacrificar a sua juventude para colocar na liderança da UNE uma organização que vai continuar dando apoio eleitoral aos governos e reitorias que todos os dias massacram jovens como vocês?

Encontro-me hoje convencido de que a juventude precisa de uma organização capaz de liderar suas lutas, uma organização para a qual “revolucionário” não se limite a uma letra “R” na sigla. Por isso saí do *Movimento Correnteza*, por isso hoje não participo do bloco “Rebele-se na UNE”. Minha formação política me levou a entender a importância do programa revolucionário e à clareza de que o PCR não possui esse programa.

A “teoria” que embasa o PCR

Central para a história e o programa do PCR é Enver Hoxha, que era a figura central do antigo governo estalinista na Albânia, que rompeu com a União Soviética depois que Krushev chegou ao poder em 1956. O PCR considera Hoxha como um símbolo de “ardor revolucionário em defesa do marxismo-leninismo” [3]. Ao mesmo tempo, os

Manifesto do PCR à Juventude e aos Trabalhadores

Derrotar Serra e a extrema direita
Avançar as lutas dos trabalhadores e do povo

Vote em quem luta com os trabalhadores

Paulo Ramos 12345
Fernando Siqueira 1221
Dilma Rousseff 13

Vote em quem luta com os trabalhadores

Paulo Ramos 12345
Fernando Siqueira 1221
Dilma Rousseff 13

Vote em quem luta com os trabalhadores

Paulo Ramos 12345
Fernando Siqueira 1221
Dilma Rousseff 13

Por essas razões, o Partido Comunista Revolucionário (PCR), partido fundado pelo revolucionário Manoel Lisboa – covardemente assassinado pela ditadura militar em 1973 – convoca os trabalhadores e a juventude a derrotarem o candidato do PSDB e eleger Dilma Rousseff, do PT, presidente da República.

É verdade que o governo Lula frustrou os trabalhadores ao não reestatizar as estatais privatizadas, continuar pagando juros bilionários da chamada dívida pública, manter privilégios para o agronegócio e cumprir um triste papel na intervenção do Haiti.

Mas é verdade também que não reprimiu os trabalhadores, apoiou os governos progressistas de Hugo Chávez e de Evo Morales e o governo revolucionário de Cuba, aumentou as verbas para a educação pública, ampliando o número de universidades públicas e de escolas técnicas e elevou o valor do salário mínimo.

Vote em quem luta com os trabalhadores

Paulo Ramos 12345
Deputado Estadual - PDT

Fernando Siqueira 1221
Deputado Federal - PDT

Dilma Rousseff 13
Presidente - PT

FALE COM O PCR: 7849-7586

Panfleto utilizado pelo PCR nas eleições presidenciais de 2010. Em destaque, trecho no qual o partido capitula abertamente ao governo do PT, falando, por exemplo, que este “não reprimiu os trabalhadores” (!) [Reprodução].

militantes da UJR adotam como símbolo a figura de Che Guevara, a quem o *Jornal A Verdade* chamou de “símbolo do guerrilheiro heroico” [4], e comemoram a resistência do “Socialismo” na ilha caribenha, exaltando a liderança de Fidel Castro como um “líder revolucionário”. Qual o problema disso? Bem, Hoxha não apenas repudiava o governo da URSS (considerado “revisionista” após a morte de Stalin), mas tinha também uma opinião diferente da do PCR sobre os líderes cubanos. Ele escreve em seu livro “Imperialismo e a Revolução” (de 1978):

“Em sua intervenção, a União Soviética arrasta também seus aliados, ou melhor, seus satélites. Nós o constatamos concretamente na África, onde os social-imperialistas soviéticos e seus *mercenários cubanos* interferem a pretexto de ajudar a revolução. Trata-se de uma mentira. Sua intervenção não passa de uma ação colonialista objetivando ocupar mercados e submeter povos.”

“É o caso da intervenção da União Soviética e dos *mercenários cubanos em Angola*. Eles absolutamente não tinham nem tem em vista ajudar a revolução angolana, mas sim cravar suas unhas nesse país africano que havia conquistado certa independência após expulsar os colonialistas portugueses. Os mercenários cubanos são o exército colonial que a União Soviética enviou para conquistar mercados e posições estratégicas nos países da África Negra, para passar de Angola a outros Estados, para que os social-imperialistas soviéticos também possam criar um império colonial moderno.”

“Sob a máscara da ajuda à libertação dos povos, a União Soviética e seu mercenário, Cuba, intervêm em outros países com exércitos equipados com canhões e metralhadoras, supostamente para construir o *socialismo, que não existe nem na própria União Soviética nem em Cuba. Esses dois Estados burguês-revisionistas* entraram em Angola para ajudar uma camarilha capitalista a tomar o poder, contrariamente aos objetivos do povo angolano, que lutou para libertar-se dos colonialistas portugueses.” (minha ênfase) [5]

É um mistério para mim como pode o PCR continuar reivindicando o líder albanês e continuar defendendo os castristas cubanos, e que Cuba é “Socialista”, visto que Hoxha, a quem dizem seguir, considerava Cuba um país “burguês-revisionista”. Se não existe problema nenhum nisso, significa que para os redatores do *Jornal A Verdade*, Castro ser um “mercenário de um exército colonial” não é um impedimento para ser um “líder revolucionário”. Pior que essa contradição em si, é o fato que observei durante o período que passei na periferia desse partido: essas

questões teóricas simplesmente não são conhecidas pela imensa maioria da militância do próprio partido!

Por sinal, apesar de que Cuba nunca foi “socialista”, e nem os castristas são revolucionários, era fundamental defender militarmente os soviéticos e cubanos em Angola contra os imperialistas. Essa posição vergonhosa de Hoxha (ignorada pelos militantes do PCR) é uma capitulação ao imperialismo. Ela também desmente a ideia de que o regime da Albânia era um contraponto principista à política externa pró-imperialista dos burocratas chineses com os quais Hoxha rompeu.

Defender Cuba contra o imperialismo e contra a burocracia

Qual seria a posição dos revolucionários sobre Cuba, ou mesmo sobre o antigo regime na Albânia? Em ambos os países ocorreram revoluções que expropriaram a burguesia, mas onde a classe operária foi isolada do controle do estado por uma burocracia estalinista. Essas revoluções foram realizadas não pela classe trabalhadora e sim por exércitos rurais da pequena-burguesia que, incapazes de criar um estado próprio e forçados pela conjuntura, criaram um Estado operário deformado que foi capitalizado por burocratas.

A contrarrevolução capitalista triunfou na Albânia no começo dos anos 1990, mas em Cuba a burguesia ainda não foi capaz de restaurar o capitalismo pela derrubada do Estado operário deformado. A burocracia cubana deforma a economia socializada da ilha, pondo-a em risco. Vimos isso claramente na demissão de meio milhão de trabalhadores públicos no início de 2011. Essa demissão em massa foi feita para “dinamizar” a economia, abandonando setores menos rentáveis para os interesses dos burocratas. Mas desamparou muitos proletários, e outros tinham que se empregar em trabalhos por conta própria ou nos estabelecimentos privados que penetram no país. Os castristas também elogiam e apoiam a todo tipo de governos burgueses pelo mundo, inclusive o governo brasileiro. Isso impede que as conquistas e o prestígio da revolução cubana possam ser usados para a revolução internacionalmente. E o regime de partido único e congressos controlados de antemão pela mesma cúpula rouba dos trabalhadores o poder de criar uma democracia proletária forte e eficaz. Assim, os burocratas do PC preparam o terreno para a perda das conquistas da revolução. [6]

A tarefa dos revolucionários para Cuba, portanto, é lutar pela derrubada da burocracia pela classe operária, mas ao mesmo tempo, deve-se defender o Estado operário deformado de ataques do imperialismo ou tentativas de restauração capitalista – não por acreditar, como faz o PCR, na liderança cubana, e sim para defender as conquistas da classe trabalhadora, que seguem existindo. Os revolucionários querem que a burocracia caia, mas pelas mãos dos trabalhadores cubanos e não pela burguesia de Miami. Após ler clássicos de Trotsky, como “A Revolução

Traída”, além de outros materiais [7], adotei uma política revolucionária para os Estados operários deformados que ainda existem.

Conclusão

Enquanto militante do movimento estudantil, não me importei por um tempo com essas questões teóricas. Porém, conforme avancei na minha formação marxista me convenci da necessidade de uma organização que propusesse a construção de um partido revolucionário com um programa coerente. Também estava convencido de que o estalinismo não só existia (diferentemente do que o PCR insiste em repetir [8]), mas também que nada mais era que uma degeneração do marxismo-leninismo, o qual foi defendido e continuado por Leon Trotsky. Mas ao olhar para a maior organização que se reivindica trotskista no Brasil, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), vi um partido que cometia inúmeras traições à classe operária, como se recusar a defender Cuba contra o imperialismo (apoiando inclusive a jornalista pró-ianque Yoani Sanchez), defender os fantoches do imperialismo na Líbia e fazer uma frente eleitoral com o PCdoB em Belém [9]. Por sorte, vim a encontrar em uma pequena organização de propaganda o programa revolucionário que eu tanto buscava: essa organização é o Reagrupamento Revolucionário (RR). Hoje, como militante do RR, integro a luta pela construção do Partido Revolucionário, ainda inexistente, porém tão necessário hoje como fora nos tempos de Lenin.

NOTAS

[1] Retirado de panfleto distribuído pelo PCR durante a campanha de Dilma Rousseff à Presidência da República do Brasil em 2010 – <https://archive.org/download/VoteDilma/voteDilma.jpg>

[2] Retirado de <http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1915/nov/09.htm>. A tradução para o português foi feita por mim.

[3] Esse apoio é visível no texto “ENVER HODJA: Ardor Revolucionário em Defesa do Marxismo-Leninismo” disponível no site do PCR – <http://pcrbrasil.org/enver-hodja/>

[4] Extraído do jornal do PCR, A Verdade - “Che e Fidel: uma amizade revolucionária” – <http://averdade.org.br/2011/09/che-e-fidel-uma-amizade-revolucionaria/>

[5] Extraído de “O Imperialismo e a Revolução” postado no Marxist Internet Archive – <http://marxists.org/portugues/hoxha/1978/imperialismo/cap10.htm>.

[6] Para mais informações sobre Cuba sugiro a leitura dos seguintes documentos:

<http://reagrupamento-rr.blogspot.com.br/2013/03/arquivo-historico-cuba.html>

Sugiro também a leitura do seguinte documento sobre a Coreia do Norte, que assim como Cuba também é um estado operário deformado que sobreviveu à queda da URSS:

<http://reagrupamento-rr.blogspot.com.br/2012/02/morte-de-kim-jong-il-e-o-futuro-da.html>

[7] Especialmente o artigo do Reagrupamento Revolucionário sobre a Coreia do Norte, citado na nota acima, foi muito importante no meu convencimento de um programa consistente para essa questão.

[8] Os dirigentes do PCR com quem tive contato afirmam que não existe Estalinismo, assim como as variantes que reivindicam, como o Castrismo ou o Hoxismo também não existem. Para esse partido, após Lenin não existiu nenhum outro teórico que fez qualquer contribuição nova para o Marxismo, existindo apenas aqueles que, segundo o PCR, são “discípulos fiéis de Lenin” e “aqueles que distorcem o Marxismo-Leninismo”.

[9] Para aqueles que desejam saber mais sobre essas posições oportunistas, sugiro os seguintes textos:

– As Ações do PSTU em Comparação às Tarefas da IV Internacional:

<http://reagrupamento-rr.blogspot.com.br/2011/07/carta-de-ruptura-com-o-pstu-agosto-de.html>

– PSTU, Fração Trotskista e a Defesa da Líbia contra o Imperialismo:

<http://reagrupamento-rr.blogspot.com.br/2011/11/polemica-com-o-pstu-e-com-ler-qi-sobre.html>

– A Frente de Belém (PSOL-PSTU-PCdoB) na Lógica do Morenismo

http://reagrupamento-rr.blogspot.com.br/2012/08/a-frente-de-belem-psolpstupcdob-na_25.html

– Nosso arquivo histórico sobre o morenismo (corrente reivindicada pelo PSTU e considerada como centrista pelo RR):

<http://reagrupamento-rr.blogspot.com.br/2012/05/arquivo-historico-combate-ao-morenismo.html>



Debate com a Fração Trotskista (LER-QI)

Os rebeldes na Líbia e na Síria e a posição revolucionária

Rodolfo Kaleb, janeiro de 2014

Em um artigo de 2013 lidando com os desenvolvimentos da guerra civil que se desenrola há quase três anos na Síria, no qual critica diferentes posições políticas na esquerda, a Liga Estratégia Revolucionária – Quarta Internacional (seção brasileira da Fração Trotskista) destacou, com uma nota de rodapé, o seguinte aspecto referente à guerra imperialista lançada contra a Líbia no ano de 2011:

“Algumas correntes de origem espartaquista criticam a possibilidade de alianças tático-militares com os setores rebeldes na Líbia, não por embelezar Kadafi como uma direção ‘anti-imperialista’, mas por considerar que a intervenção militar imperialista configurava uma guerra de opressão nacional, motivo pelo qual os revolucionários supostamente deveriam se localizar no campo militar oposto a essa intervenção com um programa político independente. Essa lógica erra porque não considera que, mesmo tendo sido o levante das massas contra Kadafi desviado e controlado pelas direções burguesas aliadas ao imperialismo, seguia sendo sob essa base – por ter sido a protagonista de ações espontâneas de massa – que seria mais fecunda a luta política para colocar de pé um setor de vanguarda da classe trabalhadora com uma política independente das distintas frações burguesas.”

— *A crise Síria e a necessidade de uma política revolucionária*, 25 de setembro de 2013.

<http://www.ler-qi.org/A-crise-Siria-e-a-necessidade-de-uma-politica-revolucionaria>

É um pouco óbvio para os que acompanham nossas publicações que essa crítica, apesar de não sermos nominalmente citados, é dirigida a nós, assim como possivelmente a outros grupos de “origem espartaquista”. No nosso caso, isso deve dizer respeito ao fato de que reivindicamos que nas décadas de 1960 e 1970, a Liga Espartaquista dos Estados Unidos foi o grupo que melhor representou a continuidade da estratégia e do programa do trotskismo após a destruição da Quarta Internacional pelo revisionismo pablista. Posteriormente, a Liga Espartaquista (e sua corrente internacional) evoluiu cada vez mais para se tornar o que é hoje: uma seita burocratizada, realizando capitulações recorrentes tanto ao stalinismo quanto ao imperialismo [1].

Nós polemizamos diretamente com a LER-QI (FT) em nosso texto sobre a Líbia em 2011 e discutimos ativamente sobre o assunto com sua militância no Rio de Janeiro. Não temos conhecimento de outras críticas (ao menos não da mesma profundidade) escritas sobre a LER-QI por qualquer outra corrente de “origem espartaquista”. Mas, deixando de lado o fato de que tal crítica poderia ter sido feita de forma mais direta e clara a nós e outros grupos, o parágrafo faz inicialmente uma descrição justa da posição que adotamos na guerra imperialista contra a Líbia

em 2011, ocasião em que criticamos a posição adotada pela FT [2]. Aproveitamos então para dar continuidade a tal polêmica, esclarecendo melhor alguns pontos.

O caráter da guerra na Líbia

A LER-QI questiona o fato de que consideramos que “a intervenção militar imperialista configurava uma guerra de opressão nacional”. Afirmamos que na Líbia se deu, cerca de um mês após o início da guerra civil interna, no qual se confrontavam os rebeldes de um lado e o exército de Kadafi de outro, uma investida imperialista em larga escala, liderada por França, Inglaterra e Estados Unidos, no qual os imperialistas adotaram o lado dos rebeldes e se coordenaram com eles para impor sobre a população da Líbia os seus interesses. Não conseguimos entender o que a LER-QI quer dizer com tal questionamento. Ela não faz nenhuma tentativa séria de demonstrar porque a guerra não seria (a partir de 20 de março de 2011, com o início dos bombardeios de auxílio aos rebeldes) uma guerra de caráter imperialista.

A LER-QI não nega que a intervenção aconteceu, pelo contrário: diz se posicionar contra ela. Concorde que eram potências imperialistas atacando (em colaboração com os rebeldes) buscando derrubar a ditadura de Kadafi para impor seus próprios interesses. Como se deve chamar uma intervenção na qual as potências capitalistas atacam o governo de uma nação oprimida (por mais tirano que seja tal governo) para derrubá-lo? Para nós, isso se chama uma guerra imperialista contra uma semicolônia moderna. Todas as formulações anteriores da FT parecem apontar para isso:

“Os imperialismos, legitimados como ‘apoiadores’ dos rebeldes pela política da CNT, esperaram longos meses até que esta direção tivesse legitimidade suficiente, para então armar as milícias controladas pela direção burguesa. O resultado não tardou. **David Cameron e Nicolas Sarkozy marcharam triunfantes por Benghazi** ao lado da CNT tendo sido ‘como heróis’...”

...
“A dialética existente na Líbia é que apesar de haver caído uma ditadura sangrenta, isso não se transformou em uma vitória para as massas, posto que **está sendo capitalizado pelos imperialismos** e pelo CNT. Esta conclusão é a derivação do fato de que não se pode separar a queda da ditadura da maneira como ela se deu. E não aconteceu a partir da ação independente das massas, mas sob o apoio da OTAN. A derrubada de uma ditadura não pode ser considerada em si um ‘tremendo triunfo para as massas’, se **quem se beneficia são os imperialismos**.”
— *Até quando a LIT-PSTU seguirão insistindo em seus erros?* 1º de outubro de 2011. Ênfase nossa.
www.ler-qi.org/spip.php?article3146



Rebeldes sírios (2013): “Nós pedimos por uma intervenção militar para nos salvar, mas vocês interviram com inteligência para salvar seus interesses” [standart.co.uk].

Nesse caso, os imperialistas contaram com o apoio de uma força militar nativa, forjada sob a liderança do reacionário Conselho Nacional de Transição líbio, que foi o exército rebelde. Isso não apaga o fato de que os bombardeios aéreos imperialistas, os veículos aéreos não-tripulados, o apoio técnico e treinamento militar oferecido aos rebeldes – tudo isso foi central para que triunfasse a aliança entre rebeldes e imperialistas. Em dado momento, a LER-QI chegou a elaborar uma descrição dos rebeldes que achamos excelente para explicar o papel por eles cumprido: “tropas terrestres” do imperialismo.

“A preponderância da ação imperialista não foi um ‘detalhe’, como quer fazer parecer a LIT: ela negou a possibilidade de uma atuação independente das massas, fazendo com que os ‘rebeldes’ atuassem enquanto ‘tropa terrestre’ da intervenção aérea das potências, seguindo seus planos...”

...

“Não basta, agora e tardiamente, alertar sobre o CNT. É preciso entender a mudança da situação, que ora favorece grandemente a burguesia imperialista. Subestimar com o papel da OTAN como ator fundamental da queda de Kadafí ajuda a alimentar ilusões de que os inimigos dos povos oprimidos podem atuar em favor de seus interesses.”

— A LIT acha progressista a “unidade de ação entre as massas e o imperialismo” na Líbia? 1º de setembro de 2011.

<http://www.ler-qi.org/A-LIT-acha-progressista-a-a-unidade-de-acao-entre-as-massas-e-o-imperialismo-na-Libia>

De fato, a intervenção imperialista não foi um “detalhe”. A OTAN foi o “ator fundamental” na queda do governo ditatorial de uma nação oprimida. Como é possível então questionar que ocorreu uma guerra de opressão imperialista contra a Líbia? Para nós, essa situação “parece-se muito” com uma guerra desse tipo. Em outros casos de guerra dos imperialismos contra uma semicolônia, nas quais estes tinham o mesmo objetivo de derrubar um governo ditatorial, mas para seus próprios interesses, a LER-QI tomou corretamente o lado do governo da nação oprimida, como foi o caso da guerra contra o Iraque em 2003. Nessa ocasião, a LER-QI compreendeu que “o ponto de partida do programa revolucionário é definir que a guerra do Iraque é uma clara guerra de agressão imperialista contra uma nação oprimida”. E definiu sua

linha da seguinte forma:

“Neste tipo de guerras, os revolucionários nos localizamos no campo militar dos países semicoloniais, *independentemente do caráter do regime que os governe porque o triunfo do país imperialista significará duplas correntes para o povo da nação semicolonial*, e padecimentos piores ainda do que com sua ditadura doméstica. No caso do Iraque nos localizávamos pela derrota militar do imperialismo norte-americano e de sua coalizão, apesar do caráter reacionário e ditatorial de Saddam Hussein.”

— O movimento anti-guerra e a guerra/ocupação do Iraque, junho de 2005. Ênfase nossa.

<http://www.ler-qi.org/spip.php?article551>

Os imperialistas sempre contam (em maior ou menor escala) com o apoio de setores da burguesia nativa, que é uma classe essencialmente reacionária. No Iraque, por exemplo, o imperialismo norte-americano contou com o apoio de grande parte da burguesia curda (os esquadrões “Peshmerga”), e estas forças acabaram tendo popularidade devido ao histórico de opressão de Saddam Hussein contra o povo curdo e tentaram se apresentar como “libertadores”. Isso não deve mudar o fato de que os revolucionários se localizaram no campo militar oposto ao imperialismo (e àqueles que o apoiaram), ao mesmo tempo em que denunciariam a opressão e os crimes de Saddam Hussein contra a classe trabalhadora e o povo curdo, e suas décadas de colaboração com o imperialismo.

Quando se trata da Líbia, entretanto, a LER-QI utiliza o fato do que antes chamou de “tropas terrestres do imperialismo” terem certo apoio popular (e também na esquerda oportunista) para se esquivar de tratar a situação como um caso de guerra imperialista. Como já argumentamos em nossa polêmica anterior, o fato de não haver unanimidade na esquerda (como houve no caso do Iraque) e de partidos dos quais a FT busca constantemente se aproximar (como o PO argentino) terem apoiado a “revolução” dos rebeldes líbios aumentou a pressão para que a ela tomasse uma posição dúbia e vacilante, evitando a caracterização óbvia de que se tratou de uma guerra de opressão imperialista. Caracterização essa que, conforme a LER-QI deixou claro em 2005, em relação ao Iraque, não deixa dúvidas para qual deve ser a tarefa dos revolucionários, “independentemente do caráter do regime” da nação sob ataque imperialista.

Dessa forma, a nossa crítica a LER-QI sempre se baseou no fato de que, apesar de reconhecer o papel decisivo do imperialismo na dinâmica dos acontecimentos na Líbia (ao contrário do que fizeram o PSTU e outras correntes, que simplesmente taparam os olhos para isso e adotaram uma caracterização oportunista de “revolução” liderada pelo CNT em colaboração com a OTAN), a LER-QI não tomou as posições políticas compatíveis com a situação que por vezes ela própria descreveu. Agora ela está tentando fazer malabarismos teóricos ao dizer que não teria se tratado de uma guerra de opressão imperialista, para justificar o fato inexplicável de que *não tomou* a posição de defesa militar

(mantendo o combate político contra) do governo da nação oprimida, que se confrontava, apesar de seus interesses originais, com o imperialismo e sua “tropa terrestre”. [3]

(Para mais detalhes no que diz respeito a quais táticas e palavras de ordem os revolucionários poderiam usar para, ao mesmo tempo em que combatiam os imperialistas e rebeldes, lutar contra a ditadura de Kadafi, recomendamos a leitura de nossa polêmica anterior e também dos demais materiais reunidos no livreto *“Líbia e a Esquerda”*, que contém também declarações e polêmicas com outros grupos).

Os vaivéns na caracterização do movimento rebelde na Síria e Líbia

Quando tomamos o lado contrário à intervenção imperialista e seus lacaios rebeldes na Líbia, não estávamos indo contra nenhum “levante das massas contra Kadafi”. É certo que os rebeldes tinham certo apoio popular, mas esse exército nada tem a ver com essa imagem que os morenistas (PSTU e cia.) e outros revisionistas tentaram criar. Ademais, Kadafi também tinha grande apoio popular, como demonstrou em atos massivos na capital e isso em nada afeta nossa linha de oposição estratégica contra ele. A LER-QI está inadvertidamente aceitando a caracterização dos oportunistas social-imperialistas quando nos critica dizendo que, por defendermos um combate aberto contra os rebeldes em face à sua ação coordenada com o imperialismo, estaríamos nos enfrentando com “a base”, dentre a qual seria supostamente “mais fecunda” a luta para a construção de uma vanguarda revolucionária.

A LER-QI acredita, tal qual os oportunistas que ela criticou (principalmente o PSTU), que a base de apoio do Conselho Nacional de Transição líbio era de alguma forma progressista. Como apontamos em nossos artigos anteriores sobre o assunto, é fundamental diferenciar possíveis ilusões que tenham surgido na população a respeito das promessas de democracia dos elementos e ações concretos realizados pelos que compunham o exército dos rebeldes: os atos brutais de racismo perpetrados, a coordenação com a intervenção da OTAN, a confiança nas potências imperialistas, e a tomada do poder por setores da burguesia escudados em um fundamentalismo religioso grotesco.

É importante lembrar que nossa defesa militar do regime da nação oprimida no caso líbio diz respeito ao seu confronto com os veículos aéreos não-tripulados e os aviões de bombardeio das potências imperialistas, as tropas do aparato rebelde (armados pela OTAN) e os especialistas militares imperialistas. Frente, por exemplo, às perseguições que o regime de Kadafi realizou contra populações civis desarmadas e movimentos de trabalhadores independentes, nos posicionamos ao lado destes últimos, assim como mantemos nossa oposição política intransigente a tudo que tal ditador representava politicamente: acreditamos que este devia ser derrubado pelo proletariado, e não pelas potências imperialistas e

seus lacaios locais.

Mas os rebeldes líbios não eram parte de um “levante de massas” (como a LER-QI considera que ocorria, mesmo reconhecendo que foi “desviado” pelos interesses imperialistas). A mesma indecisão da LER-QI pode ser visto no caso da Síria (onde a intervenção imperialista ainda não aconteceu):

“Contra aqueles que veem o regime de Assad como progressista e anti-imperialista e afirmam que não está reprimindo uma luta popular, mas defendendo-se da tentativa dos EUA e Israel de derrotá-lo, sustentamos que *na Síria há em curso uma luta legítima contra um regime ditatorial* que estourou em março de 2011 como parte do processo mais geral da ‘primavera árabe’.”

“Este levantamento popular tem profundas motivações democráticas e sociais. Ante a repressão brutal de Assad, *o levantamento popular se militarizou, e ainda que persistam elementos da rebelião que sacudiu o regime, sobretudo os conselhos locais que organizam a vida cotidiana em cidades sob controle da oposição ou a Coordenação de Comitês Locais* surgida no início dos levantamentos, os que estão ocupando o centro da cena no plano militar são organizações como o Exército Sírio Livre, que atua patrocinado pela Turquia, e em última instância conta com o apoio do imperialismo norte-americano.” (Ênfase nossa) — *Abaixo a ditadura de Assad, fora Israel e o imperialismo da Síria*, 30 de maio de 2013.

<http://www.ler-qi.org/Abaixo-a-ditadura-de-Assad-Fora-Israel-e-o-imperialismo-da-Siria>

Duas coisas se misturam aqui. Em primeiro lugar, está a crítica correta às correntes stalinistas e nacionalistas terceiro-mundistas que apoiam Assad e consideram seu regime “anti-imperialista” e “progressivo”. Porém, não é verdade que a guerra civil na Síria consiste apenas em uma luta entre Assad e um “levante popular” que “se militarizou”. Não se deve confundir os protestos por democracia que aconteceram na Tunísia, no Egito e mesmo (em um primeiro momento) na Síria, sob o contexto da “Primavera Árabe”, ou o ódio justo do povo contra Assad, com a formação de um exército sob a liderança de setores burgueses e a guerra que há anos se desenrola no país.

Uma vez estabelecido enquanto força beligerante dirigida pelo CNS, o Exército Livre Sírio é um conjunto de milícias que, apesar de heterogêneo, é um aparato armado controlado pela burguesia. A luta dos rebeldes associados ao ELS não pode ser confundida ou considerada parte de uma “luta legítima contra um regime ditatorial”, mas um *desvio* de qualquer anseio realmente progressivo contra Assad. Mesmo os Comitês Locais de Coordenação, que a LER-QI afirma representarem atualmente a persistência dos “elementos da rebelião que sacudiu o regime” inicialmente, integram há tempos o CNS, estando submetidos à sua direção burguesa e pró-imperialista. O mesmo vaivém pode ser visto no parágrafo que destacamos no começo deste artigo. Apesar de ter sido “desviado e controlado pelas direções burguesas aliadas ao imperialismo”, seguia

havendo um suposto “levante das massas” contra Kadafi.

A LER-QI também concede que os trabalhadores se localizem no campo militar dos rebeldes:

“Apoiar consequentemente a luta de todos que querem derrubar Assad passa por colocar abertamente que não, os trabalhadores e o povo não podem ter nenhuma confiança nestes setores [o CNS e a direção do Exército Livre Sírio], **ainda que se localizem em seu campo militar**, pois caso a ditadura síria caia rapidamente trairão aqueles que lutaram em nome de melhores condições de vida e libertação do jugo da burguesia local e imperialista.” (ênfase nossa).

— *Abaixo a intervenção imperialista na Síria!* 3 de setembro de 2013.

<http://ler-qi.org/Abaixo-a-intervencao-imperialista-na-Siria>

Os revolucionários chamam os trabalhadores a defender um lado militar numa guerra sempre que isso implica defender seus interesses. Defendemos direitos democráticos sob ataque no caso de um golpe reacionário contra a democracia burguesa; defendemos os Estados operários deformados contra tentativas contrarrevolucionárias de restauração capitalista; defendemos as nações oprimidas contra o imperialismo e seus lacaios, como foi o caso da Líbia em 2011 (defesa da qual a LER-QI vergonhosamente se absteve ao não tomar o lado do regime da nação subjugada).

Tomamos essas posições não como fins em si mesmos, mas como forma de avançar a luta pela revolução socialista. Porém, é do interesse dos trabalhadores (seria uma vitória parcial) ver derrotados os imperialismos numa guerra contra uma nação oprimida ou contra um Estado operário deformado, mesmo que isso não signifique de imediato um triunfo revolucionário. Mas qual é o interesse dos trabalhadores em ver um triunfo militar dos rebeldes na Síria? Se a LER-QI rejeita a falácia morenista da “revolução democrática” [4], por que concorda em estar do lado militar de uma investida contra Assad que visa, na “melhor” das hipóteses, apenas reconstruir a ditadura da burguesia?

Essas são perguntas que LER-QI não tem como responder sem cair em contradição. De fato, se sabe que os rebeldes, caso vençam a guerra civil, “rapidamente trairão aqueles que lutaram em nome de melhores condições de vida e libertação do jugo da burguesia local e imperialista”, então porque considera que os trabalhadores podem se localizar no seu campo militar? Isso muito se parece com a receita morenista, que sabe que as investidas de movimentos burgueses resultarão na manutenção da ordem capitalista e em traições, mas mesmo assim os apoia. Em 2011 na Líbia, os trabalhadores tinham algo a ganhar ao lutar contra o bloco OTAN/rebeldes: iriam impedir uma opressão e exploração ainda maior do seu país (e poderiam aproveitar isso para preparar a luta decisiva pela revolução proletária contra Kadafi). O que os trabalhadores sírios tem a ganhar tomando o lado militar do exército rebelde? Substituir um regime ditatorial por outro igualmente repressor para os

trabalhadores? (ou existe alguma confiança nas supostas credenciais democráticas da corja burguesa do CNS?).

Na Síria, os revolucionários tem o dever de defender os trabalhadores e populações civis atingidas tanto por Assad e quanto pelos rebeldes, e de preparar um movimento proletário contra ambos essas forças burguesas. Não aconteceu ainda na Síria um ataque imperialista que levasse os revolucionários a tomar o lado militar daqueles que se opuserem a tal intervenção. Porém, é inegável que as tropas do ELS são aspirantes diretas a “tropas terrestres” das potências imperialistas [5]. Os revolucionários não podem estar “no campo militar” dos rebeldes, e tampouco estar em “alianças tático-militares” com eles (como a LER-QI hoje defende que era possível na Líbia). A séria ameaça de intervenção imperialista na Síria no fim de 2013 deveria ter deixado isso ainda mais claro!

Ao contrário, para lutar por uma saída revolucionária na Síria, é preciso chamar os trabalhadores que apoiem os rebeldes a **romperem** imediatamente com tal movimento e não lhe prestar nenhum auxílio em seus intuítos reacionários. Na guerra civil que se desenrola, a luta dos rebeldes é para derrubar Assad para manter a Síria submetida ao imperialismo: não é um movimento amplo com intenções progressivas (e onde seja possível o debate) no qual os revolucionários influiriam para oferecer um rumo anticapitalista, mas sim um exército controlado por cúpulas burguesas.

A raiz dessa posição vacilante da LER-QI é a sua caracterização flutuante dos movimentos rebeldes que surgiram Líbia e na Síria. Vimos acima que os rebeldes na Líbia teriam, na opinião anterior da LER-QI, cumprido o papel de “tropas terrestres” das potências imperialistas. Mas, em sua nota de crítica dirigida a nós, a LER-QI defende a “possibilidade de alianças tático-militares” com esses mesmos rebeldes em meio a uma intervenção imperialista. Imaginamos que nenhum militante da LER-QI defenderia “alianças tático-militares” com “tropas terrestres” do imperialismo, e nem achamos que essa foi a intenção de tal declaração. Tal absurdo flui do fato de que ora os rebeldes são caracterizados como um aparato militar burguês (que pode colaborar com o imperialismo),



Igreja destruída em Sadad, cidade com predominância de Cristãos Ortodoxos: os “rebeldes” tem massacrado civis não-islâmicos aos milhares por motivos puramente religiosos, deixando claro o caráter fundamentalista e reacionário de tal setor e a impossibilidade de alianças com o mesmo [hrw.org].

e ora como algum tipo de força popular lutando contra a ditadura, ainda que sua liderança seja burguesa.

A LER-QI e a construção do partido revolucionário na Líbia e na Síria

Enquanto o PSTU tem toda uma teoria revisionista para basear sua posição de apoiar qualquer força que tenha popularidade contra um regime burguês (por mais reacionária que seja tal força), a LER-QI fica perdida em cima do muro, balançando entre a dúvida acerca do caráter imperialista que o conflito líbio assumiu e um impulso oportunista de conceder estar “no campo militar” de um movimento tão embelezado entre setores da esquerda. Nós defendemos também a formação de um movimento proletário “independente das distintas frações burguesas”. Mas diante de uma intervenção imperialista (que também segue um risco no caso da Síria), uma tarefa central de um movimento como esse seria esmagar o imperialismo e suas “tropas terrestres”, ainda que para isso fosse necessário lutar ao lado das tropas leais ao regime em determinado momento.

A Fração Trotskista parece acreditar que defender possíveis “alianças tático-militares” com os rebeldes na Líbia e conceder que os trabalhadores podem “se localizar no campo militar” deles na Síria contribui para a construção do partido revolucionário. De fato, ela diz que as correntes que, como nós do Reagrupamento Revolucionário, tomaram o lado militar do regime líbio contra o bloco da OTAN/rebeldes, erraram porque foram contra a base em meio a qual “seria mais fecunda a luta política para colocar de pé um setor de vanguarda da classe trabalhadora com uma política independente das distintas frações burguesas”.

Essa posição da LER-QI parte de um objetivismo desastroso no que diz respeito à construção da vanguarda revolucionária. De que forma a política trotskista de defesa da nação oprimida atrapalha a construção do partido revolucionário e por que essa intenção “seguia sendo”, apesar de tudo que se desenvolveu no país, supostamente “mais fecunda” entre a base de apoiadores dos rebeldes? Concretamente, discordamos que a base social dos rebeldes, politicamente pró-imperialista e sem qualquer delimitação de classe, pudesse ser considerada o sujeito social de uma revolução socialista, ou fértil para a construção do partido revolucionário.

Em linhas gerais, as posições trotskistas podem ter certa impopularidade temporária. Muitos poderiam achar que defender militarmente Kadafi ou Assad (no caso de intervenção na Síria) contra o imperialismo seria capitular ao tirano. Muitos não compreendem que não queremos que esses ditadores sejam derrubados pelos rebeldes, *justamente* porque defendemos que eles devem ser derrubados *por uma revolução proletária autêntica*. O PSTU, com o método que lhe é característico, não poupa

acusações de “capitulação ao ditador” a todos aqueles que não seguem a sua cartilha objetivista da “revolução síria”, supostamente uma “revolução socialista inconsciente”.

Enquanto nós não sabemos as condições específicas nas quais o partido revolucionário será construído na Líbia ou na Síria, o que sabemos com toda certeza é que esse partido não será forjado por aqueles que temem a impopularidade temporária ou capitulam às ilusões de setores da população aceitando que estes tomem o lado dos rebeldes. Nem esse partido será construído se abstendo da tarefa leninista de tomar o lado da nação oprimida contra uma intervenção do imperialismo (ao mesmo tempo em que se mantém as denúncias e o combate político contra seu regime).

Além do mais, não se deve subestimar as possibilidades da política marxista. Na Líbia atual, onde os imperialistas e seus aliados nativos obtiveram sucesso em derrubar o regime (sob o aplauso de muitos revisionistas), a situação não poderia ser mais desesperadora para a classe trabalhadora [6]. O fator objetivo da derrota é terrível para os trabalhadores líbios, mas muitos poderiam se lembrar de uma organização de vanguarda que alertasse de antemão para o fato de que a vitória militar dos rebeldes não levaria a nenhuma conquista democrática ou social, muito pelo contrário.

Quando esse prognóstico se demonstrasse acertado, isso iria aumentar significativamente a autoridade dos revolucionários. Apesar dos seus graves erros em não tomar o lado militar do regime líbio na guerra contra a OTAN e em confundir os rebeldes como parte de um “levante de massas” legítimo, a LER-QI estava correta na época ao expor aqueles oportunistas que consideraram a vitória imperialista uma “tremenda vitória revolucionária”. Os trabalhadores líbios iriam querer entender porque agora ela está reivindicando a “possibilidade de alianças tático-militares” com os rebeldes que os tem massacrado desde que chegaram ao poder.

NOTAS

[1] Para nossas diferenças com a SL e sua recente capitulação ao imperialismo norte-americano, conferir *A Liga Espartaquista Apoia as Tropas Americanas no Haiti*, de 15 de fevereiro de 2010. Disponível em http://regroupment.org/main/page_slhaiti_portugus.html

[2] Conferir *PSTU, Fração Trotskista e a defesa da Líbia contra o Imperialismo*, de novembro de 2011. Disponível em http://regroupment.org/main/page_pstu_lerqi_libya_portugus.html

[3] Cabe ressaltar que, em dois artigos mais recentes, escritos após termos preparado a versão inicial desta polêmica, a LER-QI buscou se esquivar dessa posição reafirmando abstratamente a necessidade de defender as nações oprimidas no caso de ataques imperialistas.



Imigrantes negros, principalmente nigerianos, tem sido sistematicamente perseguidos e encarcerados pelo novo regime líbio: *não se deve esperar nada muito diferente caso os “rebeldes” sírios cheguem ao poder, substituindo um ditador burguês por outro.* [Yahoo News]

Está claro que sua falta de firmeza na caracterização do conflito líbio e sua posição dúbia – de não ter tomado o lado militar de uma nação que foi brutalmente atacada por várias forças imperialistas e que teve reforçada as “duplas correntes” que oprimem seu povo – tem gerado algum mal estar interno.

Nesses artigos mais recentes, a LER-QI tenta recuperar certo ar ortodoxo e fala ostensivamente em defender as nações oprimidas e também em combater os imperialistas e seus aliados “rebeldes” na Líbia, mas mantém toda a nebulosidade ao falar da estratégia de derrotar Kadafi sem deixar claro que, frente à investida da OTAN, havia se tornado uma tarefa revolucionária defender a vitória militar de suas tropas, que apresentaram resistência ao ataque imperialista.

Conferir *Os marxistas frente à guerra civil e o caso sírio* e *As guerras de nossa época e a política dos revolucionários*, ambos de dezembro de 2013. Disponíveis em:

<http://www.ler-qi.org/Os-marxistas-frente-a-guerra-civil-e-o-caso-sirio>

<http://www.ler-qi.org/As-guerras-de-nossa-epoca-e-a-politica-dos-revolucionarios>

[4] Para o leitor não familiarizado com a tradição morenista, recomendamos a leitura de nossa polêmica com a CST (PSOL) sobre a Síria, *Movimento dirigido pela oposição burguesa ou “revolução democrática”?* Disponível em: http://regroupment.org/main/page_cst_syria__portugus.html

Também nossa polêmica com a FT, *Fração Trotskista (LER-QI) e sua ruptura incompleta com o morenismo.* Disponível em: http://regroupment.org/main/page_ft__portugus.html

[5] Para mais sobre as posições do Reagrupamento Revolucionário sobre a guerra civil que se desenrola na Síria e a ameaça imperialista, conferir *“O Conflito Sírio e as Tarefas dos Revolucionários”* e *“Acerca dos recentes*

eventos na Síria”, disponíveis em:

http://regroupment.org/main/page_syria__portugus.html

http://regroupment.org/main/page_syria_9313__portugus.html

[6] Na ocasião, nós do Reagrupamento Revolucionário publicamos a nota *“Derrota para os Trabalhadores na Líbia. Combater o Governo do Conselho Nacional e o Imperialismo!”*

http://www.regroupment.org/main/page_libya__portugus.html



NOTA DO RR ACERCA DOS EVENTOS NA SÍRIA

Originalmente publicada em nosso site em 03 de setembro de 2013, esclarece nossa atual posição.

Nos últimos dias a disposição das potências imperialistas para lançar uma investida militar na Síria se alterou, com a desculpa oficial de que o regime de Assad teria usado armas químicas contra as forças do Exército Livre da Síria e a população em geral. Ante as declarações de John Kerry (Secretário de Estado de Barack Obama) deixando clara a determinação dos EUA em seguir adiante independente da decisão da Inglaterra em não apoiar a empreitada militar, reiteramos nossa posição publicada em setembro de 2012:

“[...] os trabalhadores com consciência de classe em todos os países devem dizer Imperialistas: tirem as mãos da Síria! Pois uma intervenção desse tipo em um país que já é subordinado ao capital imperialista só faria intensificar a exploração do proletariado em uma nação oprimida. Se os imperialistas intervierem militarmente para apoiar o CNS/ELS, nossa atitude no conflito será tomar o lado militar da nação oprimida, desejando a derrota (ainda que pelas mãos do governo Assad) dos imperialistas e de seus apoiadores nativos.”

Para mais, leia O Conflito Sírio e as Tarefas dos Revolucionários, de setembro de 2012.

ARQUIVO HISTÓRICO - LEON TROTSKY

Publicamos a seguir duas traduções inéditas de artigos de Leon Trotsky, realizadas recentemente pelo Reagrupamento Revolucionário. Para tal, utilizamos as versões disponíveis em inglês no Marxist Internet Archive (marxists.org). Algumas notas explicativas foram adicionadas entre colchetes.

O que é um “Jornal de Massas”?

Original de 30 de novembro de 1935, compilado em A Crise da Seção Francesa (1935-36).

Aos membros do Grupo Bolchevique-Leninista [partidários da Quarta Internacional na França]:

Eu acabei de saber que minha carta ao Secretariado Político sobre o novo “jornal de massas” [“Giro para as Massas!”] foi lida para a assembleia geral. Eu só posso ficar feliz caso ela tenha sido bem sucedida em esclarecer um pouco a situação. Eu me dirigi primariamente ao Secretariado Político na esperança de que a questão poderia ser resolvida sem uma nova discussão sobre os fundamentos decididos na última conferência nacional. Mas aconteceu que os impulsionadores de *La Commune* [o autoaclamado “jornal de massas” organizado por Pierre Frank e Raymond Molinier], depois de terem preparado sua empreitada fora da organização, e de fato contra ambas as organizações nacional e internacional, decidiram provocar uma discussão depois do fato consumado. Nessas circunstâncias, talvez fosse de algum valor que eu expandisse de maneira mais precisa as críticas e sugestões contidas em minha carta ao Secretariado Político.

1. O que é um “jornal de massas”? A pergunta não é nova. Pode-se dizer que toda a história do movimento revolucionário tem sido perpassada por discussões sobre o “jornal de massas”. É o dever elementar da organização revolucionária tornar o seu jornal político o mais acessível possível para as massas. Essa tarefa não pode ser efetivamente resolvida exceto em função do crescimento da organização e de seus quadros, que devem pavimentar o caminho para as massas pelo jornal – já que não basta, é claro, chamar uma publicação de “jornal de massas” para que as massas realmente o aceitem.

Mas, muito frequentemente, a impaciência revolucionária (que facilmente se transforma em impaciência oportunista) leva à seguinte conclusão: as massas não vem até nós porque nossas ideias são complicadas demais e nossas palavras de ordem avançadas demais – ou seja, deve-se jogar fora alguns entulhos. Basicamente, isso significa: nossas palavras de ordem devem corresponder não à situação objetiva, não à relação de classes analisada pelo método marxista, mas a observações subjetivas (e extremamente superficiais e inadequadas) sobre o que as “massas” podem e não podem aceitar. Mas quais massas? A massa não é homogênea. Ela se desenvolve. Ela sente a pressão dos eventos. Ela aceitará amanhã o que não

aceita hoje. Nossos quadros vão desbravar o caminho com crescente sucesso para nossas ideias e palavras de ordem, as quais vão se mostrar corretas porque são confirmadas pela marcha dos eventos e não por observações subjetivas e pessoais.

2. Um jornal de massas se distingue de uma publicação teórica ou de uma revista de quadros não pelas *palavras de ordem*, mas *pela maneira com a qual são apresentadas*. A revista de quadros elabora para seus leitores todas as etapas da análise marxista. O jornal de massas apresenta apenas seus resultados, baseando-se ao mesmo tempo na experiência imediata das próprias massas. *É muito mais difícil escrever de forma marxista para as massas do que escrever para os quadros.*

3. Vamos supor por um momento que o GBL [Grupo Bolchevique-Leninista] consentisse em “simplificar” nosso programa, renunciando às palavras de ordem do novo partido e da Quarta Internacional, renunciando às críticas implacáveis aos socialpatriotas (chamando-os pelo nome), renunciando às críticas sistemáticas contra a Esquerda Revolucionária e especialmente de [seu dirigente Marceau] Pivert. Eu não sei se um jornal como esse se tornaria, com a ajuda de uma varinha mágica, um jornal de massas. Eu duvido. Mas ele iria certamente se tornar um jornal partidário do SAP [grupo centrista alemão] ou de Pivert. A essência da corrente de Pivert é precisamente essa: aceitar as palavras de ordem “revolucionárias”, mas não retirar delas as conclusões necessárias, que são um rompimento com Blum e Zyromsky [dirigentes da



socialdemocracia francesa], a criação de um novo partido e de uma nova Internacional. Sem isso, todas as palavras de ordem “revolucionárias” se tornam nulas e vazias. No presente estágio, a agitação de Pivert é um tipo de ópio para os trabalhadores revolucionários. Pivert quer ensinar-lhes que alguém pode ser a favor da luta revolucionária, da “ação revolucionária” (pegando emprestada uma frase muito em voga) e, ao mesmo tempo, permanecer em bons termos com a escória chauvinista. Tudo depende do seu tom, percebe? É o tom que faz a música. Se o tigre rosnasse o som de um pinguim, todo o mundo ficaria encantado. Mas nós, com nossa linguagem rude, devemos dizer que *os líderes da Esquerda Revolucionária estão desmoralizando e prostituindo a consciência revolucionária*.

Eu lhes pergunto: se vocês renunciassem às palavras de ordem que são ditadas pela situação objetiva, e que constituem a própria essência do nosso programa, em que nos distinguiríamos dos seguidores de Pivert? Em nada. Seríamos apenas pivertistas de segunda-mão. Mas se as “massas” tivessem que decidir entre os pivertistas, elas prefeririam os de primeira-mão aos de segunda.

4. Eu vou tomar o apelo impresso em “*La Commune* – órgão de ação (?) revolucionária (?)”. Esse documento nos provê uma demonstração impressionante (não planejada por seus autores) de algumas das ideias expressadas acima. “*La Commune* vai falar a linguagem das fábricas e dos campos. Ele vai falar da miséria que lá reina; ele vai expressar suas paixões e sua inflamação para a revolta”.

Esta é uma intenção bem eloquente, embora as massas conheçam perfeitamente bem sua miséria e seus sentimentos de revolta (que são contidos pelo aparato patriótico que tem a ajuda dos pivertistas). O que as massas podem exigir de um jornal é *um programa claro e uma orientação correta*. Mas precisamente sobre essa questão o apelo é inteiramente silencioso. Por quê? Porque ele quer conciliar mais do que expressar. Ele aceita a receita (centrista) do SAP: ao buscar a linha de menor resistência, não dizer o que é do que é. O programa da Quarta Internacional? Isso é para “nós”, para os sabichões da liderança. E as massas? E quanto às massas? Elas podem se contentar com um quarto, ou mesmo um décimo do programa. A essa mentalidade nós chamamos de elitismo, de um tipo ao mesmo tempo oportunista e aventureiro. É uma atitude bastante perigosa, camaradas. Não é a atitude de um marxista.

Nós encontramos no apelo, depois da frase citada, uma grande quantidade de reminiscências históricas: “É aos filhos e netos da Croix-Rousse [cidade de um levante operário em 1831], àqueles que levantaram as barricadas de junho de 1848, aos comunardos de 1871, que *La Commune* fala”, etc. (seguido de uma retórica típica de uma Madeleine Paz). Eu não sei, honestamente, se as massas em revolta precisam de reminiscências literárias e uma retórica oca disfarçados de programa.

Mas é aí que a parte mais importante começa: “*La Commune* não vai se misturar à multiplicidade de

tendências no movimento dos trabalhadores”. Que desprezo soberano pela “multiplicidade” de tendências existentes! O que isso significa? Se todas as tendências são erradas ou insuficientes, então os trabalhadores devem ser ensinados a distinguir entre elas. As massas devem ser chamadas a se juntar à corrente correta para combater as falsas. Mas não, os impulsionadores de *La Commune*, de certa forma como [o romancista pacifista] Roman Rolland, colocam-se “acima da batalha”. Tal procedimento é absolutamente indigno de marxistas.

Depois disso, uma quantidade grande de nomes é proclamada com o objetivo de especificar, ainda que não muito, o caráter completamente vago do novo jornal. Eu retiro o meu próprio nome, que *La Commune* reivindica sem a menor justificativa. Estando entre os vivos, eu posso ao menos me defender. Mas e os demais, nossos naturais professores, os verdadeiros líderes do socialismo revolucionário? Infelizmente, eles estão indefesos. O apelo traz os nomes de Marx e Blanqui. O que isso significa? Eles querem criar uma nova “síntese” entre marxismo e blanquismo? Como irão as massas se desembaraçar da combinação desses dois nomes? Um pouco adiante, encontramos Lenin. Mas os stalinistas também o reivindicam. Se vocês não explicarem às massas que vocês são contra a tendência stalinista, eles irão preferir *L’Humanité* [jornal dos stalinistas franceses] a *La Commune*. Essa combinação de nomes não explica nada. Ela só aumenta e aprofunda a ambiguidade.

E aqui está o ponto mais alto: “*La Commune* é lançada por militantes que pertencem a várias tendências com o objetivo de trazer à tona o surgimento de um grande exército de comunardos”. O que isso significa, esse bando desconhecido de “várias tendências” anônimas, indeterminadas? *Quais* tendências estão envolvidas? Por que elas (ainda desconhecidas) estão agrupadas fora e contra as outras tendências? O propósito de criar um “grande exército de comunardos” é eloquente. Mas é necessário não esquecer que esse exército, uma vez criado (1871), sofreu uma terrível catástrofe porque àquele magnífico exército faltava um programa e uma liderança.

A conclusão: o apelo poderia ter sido escrito por Marceau Pivert (em colaboração com Madeleine Paz) exceto por um ponto – o nome do autor das linhas. Mas quanto a mim, eu repito, eu me oponho implacavelmente a esse apelo equivocado e antimarxista.

5. A aderência do GBL à SFIO [Seção Francesa da Internacional Operária, socialdemocrata] provou-se absolutamente correta. Foi um passo adiante. O Congresso de Mulhouse foi o ponto mais alto da influência bolchevique-leninista na SFIO. Era necessário entender que o limite das possibilidades dentro do Partido Socialista estava sendo atingido (ao menos para os adultos). Era necessário utilizar a autoridade recém-ganha para influenciar elementos novos e virgens para fora do Partido Socialista, cuja composição social é terrível. Foi essa sugestão que eu expressei em uma carta publicada em um boletim interno do GBL (No. 6, carta de 10 de junho), e que eu recomendo aos camaradas

que seja relida em conexão com a presente carta. Passando por Paris [a caminho da Noruega], eu encontrei vários camaradas, especialmente alguns dos futuros promotores de La Commune, que estavam em forte oposição à ideia de uma nova linha. Esses camaradas adquiriram um gosto pela sua atividade nos círculos reformistas e centristas e esperavam ser capazes de progredir mais e mais. Isso foi um erro. Tempo e força foram desperdiçados sem frutos, ao invés de se disputar a juventude, cuja orientação era mais correta porque se dirigia aos trabalhadores jovens fora do Partido Socialista.

Então vieram as expulsões [dos trotskistas e de outras correntes] de Lille. Eu, por minha parte, considerei-as um ato de libertação, porque elas expressaram a realidade: *a impossibilidade de atividades futuras frutíferas nas colunas da SFIO*, especialmente com a aproximação da guerra e a fusão com os stalinistas. Parecia que o fato das expulsões havia sido tão eloquente que nos pouparia a necessidade de qualquer discussão sobre qual rumo tomar. Era necessário abrir uma ofensiva contra os que nos expulsaram, não como “divisionistas” (essa é a ladainha de Pivert), mas primariamente como os valetes do imperialismo francês. Era necessário ao mesmo tempo criticar Pivert abertamente, já que ele havia tomado o lugar de Zyromsky em encobrir a ala esquerda da Frente Popular. Era necessário desenvolver um programa de *comitês de ação*, para se opor à colaboração com os [liberais burgueses] Radicais, e proclamar abertamente a necessidade de preparar um *novo partido* para salvar o proletariado e a sua geração mais jovem. Ao invés disso, o grupo *Commune* buscou acima de tudo as simpatias da Esquerda Revolucionária através de manobras pessoais, por combinações íntimas e acima de tudo através da abdicação das nossas palavras de ordem e das nossas críticas aos centristas. Marceau Pivert declarou a dois ou três meses atrás que a luta contra o “trotskismo” era o sinal de uma tendência reacionária. Mas agora ele próprio, levado pelas pessoas do SAP, representa essa tendência reacionária. *A Esquerda Revolucionária se tornou o obstáculo mais imediato e mais nocivo ao desenvolvimento de uma vanguarda revolucionária*. Isso é o que deve ser dito abertamente e em todo lugar, ou seja, especialmente em um jornal de massas. Mas o grupo *Commune* foi tão longe em seu romance com os Pivertistas, que somos forçados a perguntar se esses camaradas ainda estão conosco ou

se eles passaram para as posições centristas. Isso é o que se consegue quando se joga os princípios na bagagem e se adapta mais tempo do que é necessário ao aparato reformista e aos valetes centristas.

6. Nós podemos perguntar: e *Révolution*? Também não é o jornal de nossa tendência. Entretanto, nós participamos nele. Isso é correto, mas *Révolution* é o jornal de uma organização que todo o mundo conhece – os Jovens Socialistas. O jornal é liderado por *duas tendências* que estão se aproximando e que devem inevitavelmente fundir. O caráter progressivo da Juventude Socialista Revolucionária é determinado precisamente por esse fato: que eles estão girando em direção aos bolcheviques-leninistas, e não em direção à Esquerda Revolucionária. (A aderência episódica do camarada Zeller à Esquerda Revolucionária, depois de tudo que aconteceu, foi um erro cuja responsabilidade deve ser compartilhada com o grupo *Commune*).

Révolution é um jornal com vida e em movimento, que pode se tornar o jornal da juventude proletária. Para cumprir essa tarefa, entretanto, *Révolution* não deve cair nas sombras da confusão de *La Commune*, mas sim concretizar a sua posição – ou seja, aceitar definitivamente as palavras de ordem dos Bolcheviques-Leninistas.

7. *La Verité* [“A Verdade”, o projeto de jornal dos trotskistas franceses] é uma absoluta necessidade. Mas ele deve se libertar das influências centristas que resultaram no apelo do La Commune. *La Verité deve estabelecer o seu caráter intransigente de luta. O alvo mais importante das suas críticas deve ser a corrente de Pivert, que é oposta ao leninismo e assim tornou-se, por sua própria caracterização, uma tendência reacionária*.

8. Eu não quero analisar nesta carta os métodos extraordinários empregados pelo grupo *Commune* em relação à sua própria tendência nacional e internacional. É uma questão muito importante, no entanto secundária em comparação com a questão do programa e da bandeira. Eu acredito, caros camaradas, que vocês tem as melhores oportunidades diante de vocês. Vocês vão finalmente colher os frutos dos seus esforços até agora, mas sob uma condição: que vocês não permitam uma confusão de tendências, de ideias ou de bandeiras; que vocês pratiquem a intransigência leninista mais do que nunca e orientem-se aberta e vigorosamente em direção ao novo partido e à Quarta Internacional.



Lutando Contra a Corrente

Originalmente publicado em *The Fourth International* (Nova York) Vol. 2 No. 4, em maio de 1941.

[NOTA: A seguir está uma transcrição em linhas gerais, não-corrigida, de uma discussão realizada em abril de 1939 entre Trotsky e um membro inglês da Quarta Internacional que levantou uma série de questões a respeito do desenvolvimento da Quarta Internacional na França, Espanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos. Em suas respostas, Trotsky esboçou as principais razões para

o isolamento e lento progresso da Quarta Internacional nas primeiras etapas do seu desenvolvimento e mostrou como um novo rumo na situação mundial, como a presente guerra, iria inevitavelmente levar a uma mudança radical no ritmo do desenvolvimento, composição social e ligações da Quarta Internacional com as massas].

TROTSKY: Sim, a questão é por que nós não estamos progredindo em correspondência ao valor das nossas concepções, que não são tão insignificantes quando alguns companheiros acreditam. Nós não estamos progredindo politicamente. Esse é um fato que é a expressão de uma decadência geral do movimento dos trabalhadores nos últimos quinze anos. Essa é a causa mais geral. Quando o movimento revolucionário em geral está em baixa, quando temos uma derrota depois da outra, quando o fascismo está se espalhando pelo mundo, quando o “marxismo” oficial é a mais poderosa organização de enganação dos trabalhadores, e assim por diante, é uma situação inevitável que os elementos revolucionários devam trabalhar contra a maré histórica, mesmo se nossas ideias, nossas explicações, são tão exatas quanto se possa exigir.

Mas as massas não são instruídas por concepções teóricas prognósticas, mas pelas experiências próprias de suas vidas. A explicação mais geral é de que toda a situação está contra nós. Deve haver uma mudança na percepção de classe das massas, nos seus sentimentos; tal mudança nos dará a possibilidade de um grande sucesso político.

Eu me lembro de certas discussões em 1927 em Moscou, depois que Chiang Kai-shek imobilizou os trabalhadores chineses. Nós havíamos previsto isso com dez dias de antecedência e Stalin se opôs a nós com o argumento de que Borodin estava vigilante, e que Chiang Kai-shek não teria a possibilidade de nos trair, etc. Eu acho que oito ou dez dias depois a tragédia aconteceu e os nossos camaradas expressaram otimismo porque nossa análise era tão clara e todo o mundo iria perceber, e nós com certeza ganharíamos o partido. Eu respondi que o estrangulamento da revolução chinesa era mil vezes mais importante para as massas do que nossas previsões. Nossas previsões podem ganhar alguns intelectuais que se interessem por tais coisas, mas não as massas. A vitória militar de Chiang Kai-shek inevitavelmente iria provocar uma desmoralização, e isso não contribui para o crescimento de uma fração revolucionária.

Desde 1927, tivemos uma longa série de derrotas. Nós somos como um grupo que tenta escalar uma montanha e que sofre, a cada momento, uma avalanche de pedras ou de neve, etc. Na Ásia e na Europa, as massas adquirem uma nova sensação de desespero. Elas ouviram do Partido Comunista há dez ou quinze anos atrás algo parecido com o que nós estamos dizendo e elas ficam pessimistas. Essa é a sensação geral dos trabalhadores. Essa é a razão principal. Nós não podemos escapar da corrente histórica geral, do conjunto de forças principais. A corrente está contra nós, isso está claro. Eu me lembro do período entre 1908 e 1913 na Rússia. Também houve uma reação. Em 1905, nós tínhamos os trabalhadores conosco; em 1908, e mesmo em 1907, começou a reação.

Todos inventaram palavras de ordem e métodos para ganhar as massas, mas ninguém as ganhou; elas estavam em desespero. Nessa época, a única coisa que podíamos fazer era formar os quadros, e estes estavam se dispersando. Houve uma série de rachas à direita ou à

esquerda, ou em direção ao sindicalismo e assim por diante. Lenin permaneceu em um pequeno grupo, uma seita, em Paris, mas confiante de que haveria novas possibilidades de se levantar. Isso chegou em 1913. Nós tivemos uma nova maré, mas aí veio a Guerra para interromper essa evolução. Durante a guerra, reinava um silêncio tumular entre os trabalhadores. A conferência de Zimmerwald era uma conferência de elementos muito confusos em sua maioria. No profundo recuo das massas, nas trincheiras e em outros lugares, havia um novo sentimento, mas ele era tão profundo e aterrorizado que nós não podíamos atingi-lo e dar-lhe expressão. É por isso que o movimento parecia aos próprios olhos ser tão fraco e mesmo os elementos que se encontraram em Zimmerwald, em sua maioria, se movimentaram à direita no ano seguinte, e mesmo no mês seguinte. Eu não os livro da sua responsabilidade pessoal, mas ainda assim a explicação geral é que o movimento tinha que nadar contra a corrente.

Nossa situação agora é incomparavelmente mais difícil do que a de qualquer outra organização em qualquer outra época, em razão da terrível traição da Internacional Comunista, que vem logo depois da traição da Segunda Internacional. A degeneração da Terceira Internacional ocorreu tão rápida e inesperadamente que a mesma geração que viu a sua formação, agora nos ouve e diz: “Mas nós já ouvimos isso antes!”.

Ocorre então a derrota da Oposição de Esquerda na Rússia. A Quarta Internacional está geneticamente conectada à Oposição de Esquerda; as massas nos chamam de trotskistas. “Trotsky deseja conquistar o poder, mas por que ele perdeu o poder?”. É uma questão elementar. Nós devemos começar a explicação pela dialética da história, pelo conflito de classes, e que mesmo uma revolução produz uma reação.

Max Eastman escreveu que Trotsky coloca importância demais na doutrina e que se ele tivesse mais senso comum não teria perdido o poder. Nada no mundo é tão convincente para as grandes massas quanto o sucesso e nada tão repelente quando a derrota.

Você também tem a degeneração da Terceira Internacional por um lado e a terrível derrota da Oposição de Esquerda com o extermínio de todo um grupo. Esses fatos são milhares de vezes mais convincentes para a classe trabalhadora do que o nosso pobre jornal, mesmo com uma tremenda circulação de 5 mil como o *Socialist Appeal*.

Contra a Corrente

Nós estamos navegando num pequeno barco contra uma corrente terrível. Há cinco ou dez barcos e um deles naufraga e nós dizemos que é por causa de um mau timoneiro. Mas não foi essa a razão; foi porque a corrente era forte demais. Essa é a explicação principal e nós não devemos nos esquecer dessa explicação para não nos tornarmos pessimistas; nós que somos a vanguarda da vanguarda. Existem elementos corajosos que não gostam de nadar contra a corrente; essa é uma característica sua.

Há também os elementos inteligentes de mau-caráter que nunca foram disciplinados, que sempre procuraram por uma tendência mais radical ou mais independente e encontraram nossa tendência, mas todos eles são mais ou menos gente de fora da corrente geral do movimento dos trabalhadores. O seu valor tem inevitavelmente um lado negativo. Aquele que nada contra a corrente não está conectado com as massas. Também, a composição social de cada movimento revolucionário no começo não é operária. É feita de intelectuais, semi-intelectuais ou trabalhadores conectados com os intelectuais que estão insatisfeitos com as organizações existentes. Você encontra em cada país um monte de estrangeiros que não se encaixam facilmente no movimento operário do país. Um tcheco nos Estados Unidos ou no México se tornaria mais facilmente um membro da Quarta do que na Tchecoslováquia. O mesmo vale para um francês nos EUA. A atmosfera nacional exerce uma grande influência sobre os indivíduos.

Os judeus em muitos países representam semiestrangeiros, pessoas não totalmente assimiladas, e eles aderem a qualquer nova tendência revolucionária ou semirrevolucionária na política, na arte, na literatura e assim por diante. Uma nova tendência radical dirigida contra a corrente geral da história nesse período se cristaliza ao redor dos elementos mais ou menos separados da vida nacional de qualquer país, e para eles é mais difícil penetrar entre as massas. Nós somos todos muito críticos à composição social de nossa organização e de que devemos muda-la, mas nós entendemos que essa composição social não caiu do céu, mas foi determinada pela situação objetiva e por nossa missão histórica nesse período.

Isso não significa que nós devemos nos satisfazer com a situação. No que diz respeito à França, essa é uma longa tradição do movimento francês conectado à composição social do país. Especialmente no passado, a mentalidade pequeno-burguesa: individualismo de um lado, e do outro uma tremenda capacidade para o improviso.

Se você comparar no tempo clássico da Segunda Internacional, você vai ver que o Partido Socialista Francês e o Partido Socialdemocrata Alemão tinham o mesmo número de representantes no parlamento. Mas se você medir as organizações, você verá que elas eram incomparáveis. Os franceses só podiam coletar 25 mil francos com a maior dificuldade, mas na Alemanha, enviar meio milhão não era nada. Os alemães tinham nos sindicatos milhões de trabalhadores e os franceses tinham alguns milhões que não pagavam suas cotas. Engels certa vez escreveu uma carta na qual ele caracterizou a organização francesa e encerrou a carta com “E como sempre, as cotas não chegaram”.

Nossa organização sofre dessa mesma doença, a tradicional doença francesa. Essa incapacidade para organização e, ao mesmo, tempo uma falta de condições para improviso. Até mesmo quando nós tivemos agora uma boa maré na França, ela estava conectada com a Frente Popular. Nessa situação, a derrota da Frente Popular foi prova da exatidão das nossas concepções, da mesma forma como foi o extermínio dos trabalhadores

chineses. Mas uma derrota é uma derrota e ela se dirige contra as tendências revolucionárias até que uma nova maré num nível mais alto apareça em um novo momento. Nós devemos esperar e preparar esse elemento novo, um novo fator nessa constelação de forças.

Nós temos camaradas que chegaram até nós, como Naville e outros, 15 ou 16 anos atrás, quando eles eram jovens. Eles hoje são pessoas maduras e em toda a sua vida consciente eles encontraram golpes, derrotas e terríveis reveses em escala internacional e estão mais ou menos acostumados a essa situação. Eles apreciam altamente a exatidão das suas concepções e eles podem analisar, mas nunca tiveram a capacidade de penetrar, de trabalhar com as massas, e eles não adquiriram tal habilidade. Há uma tremenda necessidade de olhar para o que as massas estão fazendo. Nós temos tais pessoas na França. Eu sei muito menos sobre a situação britânica, mas eu acredito que nós tenhamos tais pessoas lá também.

Por que nós perdemos pessoas? Depois de terríveis derrotas internacionais, nós tivemos na França uma maré em um nível político muito primitivo e muito baixo, sob a liderança da Frente Popular. Parece-me que a Frente Popular em todo esse período é um tipo de caricatura da Revolução de Fevereiro. É vergonhoso que em um país como a França, no qual há 150 anos se gestou a maior revolução burguesa do mundo, o movimento dos trabalhadores deva passar por uma caricatura da Revolução Russa.

JOHNSON: Você não lança toda a responsabilidade sobre o Partido Comunista?

TROTSKY: Ele é um tremendo fator na produção da mentalidade das massas. O fator ativo foi a degeneração do Partido Comunista.

Do Isolamento à Reintegração com as Massas

Em 1914 os Bolcheviques estavam dominando absolutamente o movimento dos trabalhadores. Isso foi no limiar da guerra. As estatísticas mais exatas mostram que os Bolcheviques representavam não menos que três quartos da vanguarda proletária. Mas a partir da Revolução de Fevereiro, o povo mais atrasado, camponeses, soldados, mesmo os antigos trabalhadores bolcheviques, foram atraídos para essa corrente de Frente Popular e os Bolcheviques ficaram isolados e muito fracos. A tendência geral estava num nível político muito baixo, mas poderoso, e se movia em direção à Revolução de Outubro. É uma questão de ritmo. Na França, depois de todas as derrotas, a Frente Popular atraiu elementos que simpatizavam conosco teoricamente, mas estavam envolvidos com o movimento das massas e nós nos tornamos ainda mais isolados do que antes. Você pode combinar todos esses elementos. Eu posso até mesmo afirmar que muitos (embora não todos) dos nossos camaradas de liderança, especialmente nas seções antigas, seriam, com um novo giro na situação, rejeitados pelo movimento revolucionário de massas e novos líderes, uma liderança nova, irá emergir na onda revolucionária.

Na França, a regeneração começou com o entrismo

no Partido Socialista. A política do Partido Socialista não era clara, mas ganhou muitos novos membros. Esses novos membros se acostumaram a uma grande audiência. Depois do rompimento, eles se desencorajaram um pouco. Eles não eram tão firmes. Então eles perderam o seu interesse pouco firme e foram ganhos novamente para a corrente da Frente Popular. É lamentável, mas é explicável.

Na Espanha, as mesmas razões desempenharam o mesmo papel com o fator suplementar da conduta deplorável do grupo de Nin. Ele estava na Espanha como representante da Oposição de Esquerda russa e durante o primeiro ano, nós não tentamos mobilizar, organizar nossos elementos independentes. Nós esperávamos poder ganhar Nin para a concepção correta e assim por diante. Publicamente, a Oposição de Esquerda lhe dava o seu apoio. Em correspondências privadas, tentávamos ganhá-lo e fazê-lo avançar, mas sem sucesso. Nós perdemos tempo. Foi correto? É difícil dizer. Se na Espanha nós tivéssemos um camarada com experiência, nossa situação seria incomparavelmente mais favorável, mas nós não tínhamos. Nós pusemos todas as nossas esperanças em Nin e a sua política consistiu em manobras pessoais para poder evitar responsabilidade. Ele brincou com a revolução. Ele era sincero, mas toda a sua mentalidade era a de um menchevique. Era um tremendo obstáculo, e lutar contra esse obstáculo apenas com fórmulas corretas, e ainda falsificadas por nossos representantes no primeiro momento, os Nins, tornou-se muito difícil.

Não esqueça que nós perdemos a primeira revolução em 1905. Antes de nossa primeira revolução, nós tínhamos uma tradição de profunda coragem, autossacrifício, etc. Depois nós fomos empurrados de volta a uma posição de minoria miserável de trinta ou quarenta pessoas. E depois veio a guerra.

JOHNSON: Quantos havia no Partido Bolchevique?

TROTSKY: Em 1910 em todo o país havia algumas poucas dúzias de pessoas. Alguns estavam na Sibéria. Mas eles não estavam organizados. As pessoas com que Lenin podia se comunicar por correspondência ou por agentes estavam entre 30 e 40 no máximo. Entretanto, a tradição e as ideias entre os trabalhadores mais avançados era um tremendo capital político que foi usado posteriormente durante a revolução; mas em termos práticos, nessa época nós estávamos completamente isolados.

Sim, a história tem suas próprias leis que são muito poderosas; mais poderosas que nossas concepções teóricas da história. Agora temos na Europa um declínio catastrófico, um extermínio de países. Isso tem uma baita influência sobre os trabalhadores quando eles observam esses movimentos da diplomacia, dos exércitos e tudo o mais, e do outro lado um pequeno grupo com um pequeno jornal que faz explicações. Mas é uma questão de o trabalhador ser convocado amanhã e de seus filhos serem mortos. Há uma terrível desproporção entre as tarefas e os meios.

Se a guerra começar agora, e parece que ela vai começar, então no primeiro mês nós vamos perder dois terços do que nós temos na França. Eles vão se dispersar. Eles são jovens e serão convocados. Subjetivamente muitos vão se manter fiéis ao nosso movimento. Aqueles que não forem presos e que permanecerem (pode haver três ou cinco, eu não sei quantos) estes estarão completamente isolados.

Apenas após alguns meses as críticas e as insatisfações vão começar a se mostrar em larga escala e por toda parte os nossos camaradas isolados, em um hospital, em uma trincheira, uma mulher em um vilarejo, vão encontrar uma atmosfera diferente e dirão uma palavra corajosa. E o mesmo camarada que era um desconhecido em uma seção de Paris se tornará o líder de um regimento, de uma divisão, e se sentirá um poderoso líder revolucionário. Esta mudança está no caráter do nosso período.

Eu não quero dizer que devemos nos reconciliar com a impotência de nossa organização francesa. Eu acredito que com a ajuda dos camaradas norte-americanos nós podemos ganhar o PSOP e dar um grande salto a frente. A situação está amadurecendo e ela diz para nós: "Vocês devem aproveitar essa oportunidade". E se nossos camaradas virarem suas costas, a situação vai mudar. É absolutamente necessário que nossos camaradas norte-americanos vão para a Europa novamente e que eles não apenas deem conselhos, mas decidam junto com o Secretariado Internacional que nossa seção deveria entrar no PSOP. Ele tem alguns milhares. Do ponto de vista da revolução não é uma grande diferença, mas do ponto de vista do nosso trabalho é uma tremenda diferença. Com novos elementos nós podemos dar um grande salto a frente.

Já nos Estados Unidos nós temos um tipo diferente de trabalho e eu acredito que nós podemos ser muito otimistas sem ilusões e exageros. Nos Estados Unidos nós temos a grande vantagem do tempo. A situação não é tão imediata, tão grave. Isso é importante.

E eu concordo com o camarada Stanley, que escreveu que nós podemos agora ter importantes sucessos nos países coloniais e semicoloniais. Nós temos um movimento muito importante na Indochina. Eu concordo absolutamente com o camarada Johnson de que nós podemos ter um movimento negro muito importante, porque essas pessoas não passaram pela história das duas últimas décadas tão intimamente. Como massa elas não sabiam sobre a Revolução Russa e a Terceira Internacional. Elas podem começar a história do princípio. É absolutamente necessário para nós ter sangue novo. É por isso que nós temos mais sucesso entre a juventude. Quando temos sido capazes de nos aproximar dela, temos tido bons resultados. Ela é muito atenta a um programa revolucionário honesto e claro.

